

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 109ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – PRONUNCIAMENTOS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/11/2019

Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Coronel Henrique; aprovação – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2019; Requerimentos nºs 3.845 a 3.855, 3.857 a 3.872, 3.874, 3.877, 3.879 a 4.027 e 4.029 a 4.085/2019; Requerimentos Ordinários nºs 363 e 740/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos nºs 3.844, 3.873, 3.856, 3.875, 3.876, 3.878 e 4.028/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Segurança Pública, de Agropecuária, de Cultura, de Participação Popular e dos Direitos da Mulher – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Duarte Bechir, Doutor Jean Freire e Virgílio Guimarães – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 363/2019; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Bartô – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leninha – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Virgílio Guimarães.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Guilherme da Cunha, 2º-secretário *ah hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, pois ontem eu não tive a possibilidade de agradecer aos parlamentares a aprovação do projeto de lei de minha autoria, em 1º turno, em que estabelece que Ubá é a capital mineira da indústria moveleira. E essa é a oportunidade em que eu gostaria de agradecer aos pares o apoio do projeto nesse sentido. É muito importante para o desenvolvimento econômico da Zona da Mata que tenhamos Ubá como o centro de um polo moveleiro industrial, importante gerador de emprego e renda para toda a Zona da Mata. Junto com esse projeto da cidade de Ubá como capital mineira da indústria moveleira temos outro tramitando nesta Casa, que regulamenta o polo moveleiro de Ubá com todos os municípios. São 20 municípios do entorno de Ubá, que participam desse polo. Através dessa regulamentação, pretendemos incrementar o emprego e a renda na região. Outro assunto que me traz aqui, Sr. Presidente, aproveitando essa oportunidade, é anunciar, em primeira mão, que o ministro da Educação anunciou, confirmou a presença, no Estado de Minas Gerais, de três escolas cívico-militares. Nós já tínhamos uma escola em Belo Horizonte e uma escola em Ibitaré confirmadas, através da indicação da Secretaria de Estado de Educação. Agora, pela manhã, o ministro da Educação indicou o Município de Barbacena, deputado Betão. Teremos, lá na escola municipal, no Caic, uma escola cívico-militar do programa do governo federal. Barbacena é uma cidade com uma tradição centenária na educação. Nós temos, em Barbacena, há 70 anos, a escola de cadetes da aeronáutica; temos escolas tradicionais também que trazem, para o município, uma cultura de educação de qualidade. E espero, com a indicação do nosso Caic, lá em Barbacena, que a população de Barbacena e região ganhem em qualidade com esse modelo pioneiro do governo federal, que escolheu Minas Gerais com três escolas. É um privilégio para mim, como coronel do Exército Brasileiro, e que tive a oportunidade, durante 23 anos da minha vida, de ser instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, que é a célula mater da formação militar no Brasil, poder compartilhar com os meus conterrâneos de Minas Gerais, especialmente com os meus conterrâneos de Barbacena, a oportunidade de termos a primeira escola cívico-militar municipal do governo federal. Agradeço ao atendimento do meu anseio e do meu pedido ao ministro da Educação, para que tratasse, com muito cuidado, a indicação de Barbacena, justamente pela possibilidade de identificarmos, no município, talentos militares da reserva que, a vida inteira, participaram da educação de jovens cadetes. Tenho convicção absoluta que traremos melhoria para a qualidade da educação básica daquela cidade, expandindo também para outras cidades do Estado de Minas Gerais. Antes de encerrar, Sr. Presidente, trago também aqui o projeto de lei tramitando nesta Casa, de minha autoria, de um programa de incentivo às escolas cívico-militares municipais. Estamos próximos de inaugurar, no início do próximo ano, uma escola cívico-militar em Ponte Nova. Outros municípios, como Ubá, Carlos Chagas, Lagoa Santa e Betim, também já estão desenvolvendo os seus projetos. Agradeço, mais uma vez, ao ministro da Educação a indicação de Barbacena para ter a escola cívico-militar municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/2019

Acrescenta o § 12 ao art. 24 e o art. 59-A à Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam acrescentados à Constituição do Estado o seguinte § 12 ao art. 24 e o art. 59-A a seguir:

“Art. 24 – (...)

§ 12 – É direito do membro do Poder Legislativo o gozo de trinta dias de férias anuais remuneradas, em período a ser determinado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, bem como o recebimento do terço constitucional referente ao período de férias.

(...)

Art. 59-A – À Deputada será concedida licença-maternidade, e ao Deputado será concedida licença-paternidade, sem perda do subsídio.”

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2019.

Sargento Rodrigues – Agostinho Patrus – Betinho Pinto Coelho – Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doutor Wilson Batista – Hely Tarquínio – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

Justificação: A licença à gestante e a licença paternidade são direitos assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos termos, respectivamente, dos incisos XVIII e XIX do art. 7º, a todos os trabalhadores urbanos e rurais, visando à melhoria de sua condição social, sem prejuízo do emprego e do salário.

Tais direitos decorrem, também, da garantia de proteção especial devida pelo Estado à família e à criança, conforme o disposto nos arts. 226 e 227 da Constituição da República.

Os referidos direitos são assegurados não apenas aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas também são garantidos aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos, regulamentados nos correspondentes estatutos.

Os parlamentares, detentores de mandato eletivo, são agentes políticos integrantes do gênero agentes públicos, razão pela qual, em virtude do princípio da isonomia constitucional, fazem jus aos direitos à licença-maternidade e paternidade.

Considerando que a Constituição Mineira não prevê expressamente os referidos direitos, é indispensável a aprovação da presente proposta de emenda constitucional de modo a garantir aos parlamentares, na qualidade de agentes públicos, direitos atinentes a todos os servidores públicos e aos trabalhadores urbanos e rurais.

Destaca-se, ainda, que, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura, como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, nos termos do disposto no inciso XVII do art. 7º.

Aos servidores públicos garante-se, além de outros direitos, o direito ao recebimento do terço constitucional de férias. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 650.898, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o pagamento de abono de férias e 13º salário a prefeitos e vice-prefeitos não é incompatível com o regime de pagamento por subsídio, na forma do disposto no §4º do art. 39 da Constituição da República.

Considerando que os parlamentares são agentes públicos e que são remunerados por subsídio, deve-se assegurar, na Constituição Mineira, aos deputados, direito que decorre dasistêmica remuneratória consagrada na Constituição da República.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.845/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre os dados técnicos que subsidiaram o racionamento de água no Município de Montes Claros nos anos de 2015 até 2018, os dados técnicos que subsidiaram o fim do racionamento em 2018 e também os dados técnicos que subsidiaram o racionamento em novembro de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.846/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações sobre qual será o orçamento destinado à implementação de ações preventivas para o enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.847/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atual situação do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado e qual a previsão de destinação de recursos para sua manutenção. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.848/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Helena Antipoff pedido de informações acerca dos motivos da interrupção do atendimento da comunidade do Município de Ibitité pela Clínica de Psicologia Édouard Claparède e se houve o devido encaminhamento desse público a outros serviços locais de saúde, de forma a garantir a continuidade dos tratamentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.849/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre o planejamento das ações da empresa para a recomposição de seus quadros, notadamente no que se refere aos classificados no último concurso público, tendo em vista a atual situação fiscal do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.850/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas – Amefa – pedido de providências para difundir, nas escolas família agrícola, conhecimentos sobre agroecologia e produção orgânica, com vistas a envolver seus estudantes na aplicação e na divulgação desse tipo de produção. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.851/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4210 – Assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar – do Programa 87 – Assistência técnica e extensão rural para o Estado de Minas Gerais –, realize formação e intercâmbio de experiências voltadas para a construção e a divulgação do conhecimento agroecológico e orgânico em Minas Gerais. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.852/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja realizada recomposição de pessoal da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, especialmente para a Subsecretaria de Assuntos Fundiários, com vistas a aumentar o corpo técnico disponível para a avaliação dos processos de regularização fundiária de terras devolutas e de territórios coletivos. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.853/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude formas de ofertar suporte público ao georreferenciamento das propriedades rurais de famílias de baixa renda, a fim de facilitar e desburocratizar o processo de partilha e registro das terras pertencentes ou oriundas de direitos hereditários. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.854/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizados estudos de destinação das terras arrecadadas por meio da Ação 4344 – discriminação e arrecadação de terras e gestão dos arrendamentos, de forma a viabilizar o estabelecimento de assentamentos rurais, a instalação de áreas públicas de extrativismo, a regularização fundiária e a proteção dos ecossistemas. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.855/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja retomado o acordo de cooperação técnica com o governo federal para a implementação do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF –, a fim de que os jovens tenham a sucessão da terra e que os posseiros, meeiros, arrendatários e comandatários passem a ser os proprietários de suas terras. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.857/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os critérios adotados para a classificação dos municípios com vistas à inclusão em programas de regularização fundiária de terras devolutas e de territórios coletivos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.858/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, realize a gestão da recomposição de pessoal da Seapa, especialmente para a Subsecretaria de Assuntos Fundiários, com vistas a aumentar o corpo técnico disponível para a avaliação dos processos de regularização fundiária, ressaltando-se que tal providência foi solicitada também via requerimento enviado à Seplag. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.859/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que invista no aprimoramento do aparato fiscalizador da sanidade de alimentos vegetais, inclusive com apoio à criação de laboratórios de análises nos municípios que permitam avaliar o uso de defensivos agrícolas, bem como certificar produtos e produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.860/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para incentivar a implementação de equipes de atenção à saúde do usuário de álcool e outras drogas para a

população em situação de rua nos municípios, dentro da concepção dos “consultórios de rua” e da estratégia de redução de danos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.861/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que conheça o estudo elaborado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – e pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – sobre o impacto provocado pela exploração do eucalipto na quantidade e qualidade das águas no Vale do Jequitinhonha, com vistas a incorporar o diagnóstico e os achados ao estudo Águas para o Norte de Minas, elaborado pelo Igam, e estabelecer novos parâmetros para emissão de outorga para plantações de eucalipto nessa região. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.862/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do licenciamento ambiental de novas áreas destinadas ao plantio de eucalipto na região do Vale do Jequitinhonha, seja elaborada análise rigorosa dos impactos dessa atividade sobre os recursos hídricos da região, em especial quanto à diminuição da recarga de água subterrânea. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.863/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam promovidas ações e operações efetivas e prioritárias de fiscalização do uso de recursos hídricos em minas e nascentes, com a devida punição a quem infringir a legislação sobre o tema. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.864/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que articule, em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, a possibilidade de fomentar o uso de áreas degradadas para a produção de energia solar fotovoltaica e de outras formas de energia renovável. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 3.865/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para elaborar estudos de viabilidade para que as universidades públicas possam assumir os hospitais regionais com obras inacabadas como hospitais universitários. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.866/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os resultados obtidos pelo grupo de trabalho instituído pela Resolução Conjunta SES/Seplag/Setop nº 247, de 4/2/2019, com a finalidade de promover estudos e propor medidas para viabilizar a implantação dos hospitais regionais no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.867/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que sejam elaborados editais regionalizados de apoio a *startups* e aceleração desses empreendimentos, no âmbito da Ação 1034 – Seed – Desenvolvimento do Ecossistema de Empreendedorismo e Startups, para atendimento preferencial das regiões Norte, Sul e Triângulo. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.868/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que elabore estudo de viabilidade com vistas à inclusão de tradutor e intérprete de libras para atuar em unidades da rede Uaitec, com o objetivo de melhorar sua acessibilidade. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.869/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para garantir alinhamento da política pública do setor de ciência e tecnologia com o Fórum Técnico de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício 2020: que a revisão prevista para o PPAG faça adequação/alinhamento das deliberações

do Fórum Técnico de Ciência, Tecnologia e Inovação (2020) para todos os programas e ações que lhes forem concernentes. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.870/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 1044, priorize a implantação de projetos de geração de energia solar fotovoltaica nas Regiões Geográficas Intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otôni. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 3.871/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para promover a eficiência do fornecimento energético destinado às 22 escolas família agrícola – EFAs – no Estado e para que elabore estudo de viabilidade com vistas à implantação de unidade de geração distribuída por fonte solar fotovoltaica nessas unidades, localizadas nos seguintes municípios: Acaiaca, Araçuaí, Araponga, Catas Altas da Noruega, Comercinho, Conceição de Ipanema, Cruzília, Ervália, Itaipé, Itaobim, Itinga, Jequeri, Jequitinhonha, Malacacheta, Natalândia, São Francisco, Sem Peixe, Serra dos Aimorés, Simonésia, Taiobeiras, Veredinha, Virgem da Lapa. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 3.872/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que atue nos municípios mineiros para fortalecer as ações de atenção à saúde do homem, por meio de apoio técnico e qualificação dos profissionais de saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.874/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a utilização dos imóveis de propriedade do Estado, os dados das contas de energia bem como do registro do *status* desses imóveis, se eles são utilizados ou não e com qual finalidade. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.877/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para promover a capacitação de profissionais de saúde sobre notificação compulsória de intoxicação por agrotóxicos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.879/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para promover campanhas de prevenção e conscientização sobre as infecções sexualmente transmissíveis – ISTs –, especialmente direcionadas para a população LGBTI+, em parceria com entidades da sociedade civil organizada. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.880/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a atual situação da manutenção da MGC-474 entre os Municípios de Mutum e Aimorés. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.881/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para conceder à Polícia Civil de Minas Gerais e à Polícia Militar de Minas Gerais acesso ao banco de dados de medidas protetivas do TJMG.

Nº 3.882/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para promover a integração das Varas de Violência Doméstica e Varas de Família para as questões pertinentes à guarda de filhos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nº 3.883/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja garantido perfil adequado para as juízas e juizes titulares das Varas de Violência Doméstica e Familiar.

Nº 3.884/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam articuladas, em âmbito governamental, políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento às violências contras as mulheres e ao feminicídio, que demandam atuação de diversas áreas, como segurança pública, saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Nº 3.885/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja garantida estrutura adequada nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – para a efetiva investigação dos feminicídios tentados, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 8.004, de 2018, da PCMG, e em consonância com o previsto na Lei Federal nº 11.340, de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha.

Nº 3.886/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para nomear delegadas, escrivãs e investigadoras para as delegacias de mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de acordo com o previsto na Lei nº 13.505, de 2017, que prevê que mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem ser atendidas, preferencialmente, por policiais e peritos do sexo feminino.

Nº 3.887/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam fortalecidas e ampliadas as políticas de amparo às mulheres em situação de violência que atendam a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o interior do Estado.

Nº 3.888/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a situação atual dos atendimentos realizados pela Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Estado, esclarecendo principalmente se a demanda por próteses, órteses e meios auxiliares de locomoção está sendo atendida de forma eficiente. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.889/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para dar continuidade e ampliar as ações de prevenção às violências contras as mulheres, especialmente ao feminicídio, a exemplo do concurso de redação realizado em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Nº 3.890/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para priorizar a nomeação de defensoras públicas para os Núcleos de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência – Nudems – e de defensores públicos para o atendimento aos agressores, a fim de conferir celeridades aos processos.

Nº 3.891/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja criado grupo de trabalho composto por membros do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – e dessa secretaria com o objetivo de avaliar a Lei Mar de Lama Nunca Mais – Lei nº 23.291, de 2019 – e as eventuais necessidades de sua alteração, adequação, revisão e regulamentação.

Nº 3.892/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a organização atual da Rede de Atenção à Saúde do Idoso no Estado, detalhando as ações desenvolvidas pela atenção primária e especializada e esclarecendo se há demanda reprimida no atendimento pela rede. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.893/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a construção de salas de recursos multifuncionais nas unidades do Colégio Tiradentes em Minas Gerais, para atender os alunos público-alvo da educação especial. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.894/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação da exploração das águas minerais do Circuito das

Águas, detalhando ainda o estado atual do envasamento e da distribuição das águas extraídas no Município de Lambari. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.895/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o planejamento da pasta para fomentar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, inclusive em vilas e favelas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.896/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que estude a viabilidade de realizar rodadas de capacitação para o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo na região Norte do Estado, com oferta de cursos, oficinas e treinamentos. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.897/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a realização de *fan tours* em vilas e favelas de Belo Horizonte nas quais a pasta identificar potencial de atração turística. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.898/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que, nas atividades de promoção turística previstas na Ação 4236 – Promoção do Destino Minas Gerais – seja priorizada a promoção do turismo nos parques estaduais do Estado. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.899/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que, caso haja viabilidade técnica e orçamentária em 2020, realize ou apoie atividades para a capacitação em receptividade voltada para atendimento ao público idoso. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.900/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que incorpore a sinalização turística na descrição da Ação 4322 – Apoio a Projetos Culturais e Turísticos Executados por Meio de Parcerias –, do Programa 056 – Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo, do PPAG 2020-2023. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.901/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que as atividades de sinalização turística que venham a ser realizadas em 2020 priorizem os trechos e os produtos abaixo relacionados: acesso ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Circuito Velho Chico; Parque Nacional das Sempre Vivas; Circuito Serra do Cabral e Diamantes; Circuito Serra do Cipó; Rota Capitão Senra; Circuito Veredas do Paraopeba e do Ouro; Rota do Café; Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.902/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de providências para priorizar a realização da pesquisa origem-destino domiciliar e a finalização do plano metropolitano de mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.903/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que implante prova de legislação eletrônica com a utilização da linguagem brasileira de sinais – Libras – para os exames de habilitação ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, em, pelo menos, uma delegacia de polícia de cada região geográfica intermediária do Estado. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.904/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de fomentar o desenvolvimento de programas de fomento ao turismo de base comunitária. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.905/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que priorize a oferta de educação de jovens e adultos presencial na rede estadual de ensino. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.906/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha – pedido de providências para que o órgão apoie iniciativas municipais para a preservação do patrimônio material local. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 3.907/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para que sejam realizados inventário das grutas, estudo dos sítios arqueológicos e mapeamento das pinturas rupestres na região do Vale do Jequitinhonha. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 3.908/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para a fiscalização do cumprimento do art. 28 da Constituição Estadual, regulamentado pela Lei nº 11.867, de 1995, que trata da reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência no âmbito da administração pública estadual. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.909/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias, diretamente ou em parceria com os municípios, para ampliar o atendimento aos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, garantindo a atenção às suas especificidades. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.910/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para ampliar o apoio técnico e financeiro aos municípios na implementação das políticas voltadas à redução das iniquidades no acesso e na assistência à saúde das populações historicamente vulnerabilizadas, especialmente indígenas e quilombolas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.911/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para elaboração, de forma articulada com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, programas de fomento à implantação de empresas em territórios com maior concentração de grupos étnico-raciais historicamente discriminados, incluindo, entre as suas diretrizes, a prioridade para pequenos empreendedores locais e a garantia, por essas empresas, de equiparação de oportunidades na contratação de trabalhadores de diversas etnias, de modo que a composição do seu quadro de pessoal, em todos os níveis funcionais, corresponda à composição étnico-racial da população local. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.912/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que elabore, de forma articulada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, programas de fomento à implantação de empresas em territórios com maior concentração de grupos étnico-raciais historicamente discriminados, incluindo, entre as suas diretrizes, a prioridade para pequenos empreendedores locais e a garantia, por essas empresas, de equiparação de oportunidades na contratação de trabalhadores de diversas etnias, de modo que a composição do seu quadro de pessoal, em todos os níveis funcionais, corresponda à composição étnico-racial da população local. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.913/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para estudar e propor medidas de incentivo às empresas em funcionamento no Estado que adotarem práticas de promoção da diversidade étnico-racial. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.914/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que analise a viabilidade de estabelecer parcerias com empresas para a

realização de feiras de empreendedorismo nas regiões de maior vulnerabilidade social do Estado, voltadas prioritariamente a grupos historicamente discriminados, visando fomentar a inovação e o desenvolvimento local, a partir de apoio técnico e financeiro aos participantes e premiação das melhores iniciativas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.915/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que analise a viabilidade de estabelecer parcerias com empresas para a realização de feiras de empreendedorismo nas regiões de maior vulnerabilidade social do Estado, voltadas prioritariamente a grupos historicamente discriminados, visando fomentar a inovação e o desenvolvimento local, a partir de apoio técnico e financeiro aos participantes e premiação das melhores iniciativas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.916/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o programa de educação comunitária conhecido como Escola Aberta, que oferece aulas colaborativas e voluntárias, reforço escolar e preparatório para vestibulares e concursos, além de atividades culturais complementares, com atendimento nos fins de semanas, de acordo com a demanda. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.917/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para o fortalecimento das ações voltadas para os povos ciganos em Minas Gerais, inclusive no que se refere ao reconhecimento e à promoção de seus direitos fundamentais, bem como à garantia das condições necessárias – inclusive financeiras –, à efetiva participação do segmento nos comitês, conselhos, comissões e demais órgãos de controle social que possuam relação com os interesses do povo cigano. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.918/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de Delegacias Especializadas em Repressão aos Crimes de Racismo, Xenofobia, LGTBfobia e Intolerâncias Correlatas – Decrin – em cada uma das regiões geográficas intermediárias do Estado. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.919/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que sejam priorizadas, em conjunto com a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, ações de formação e capacitação de policiais militares acerca das especificidades dos povos ciganos, em suas diversas etnias e sob a perspectiva da defesa dos direitos dessas populações, bem como sobre as várias formas de discriminação e violência étnico-racial, de forma a incrementar a atuação desses profissionais, inclusive durante as abordagens policiais. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.920/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que promova a capacitação dos artesãos para sua habilitação em editais de fomento e realize mutirões de cadastramento no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – Sicab. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.921/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social que contenha, caso seja viável, um capítulo dedicado à implementação da Lei Federal nº 11.888, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.922/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que capacite os municípios para a melhoria de seus processos de contratação, gerando renda para essas localidades, com a contratação de produtores locais, no âmbito das atividades desenvolvidas pela Ação 1018 – Fomento aos Negócios. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.923/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade visando à implementação do projeto Casa Primeiro, proveniente do fórum técnico Plano Estadual de Política para a População em Situação de Rua, realizado pela ALMG em 2017. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.924/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que inclua, na programação do projeto estratégico Trajetória para a Autonomia, ações para a população e as comunidades em situação de insegurança alimentar, prevendo entre as ações a capacitação para o aproveitamento de alimentos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.925/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que promova ações de capacitação técnica para municípios objetivando a desburocratização de processos e a promoção do empreendedorismo. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.926/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de apoiar a realização do Encontro Mineiro de Educação do Campo, no Município de Teófilo Otôni. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.927/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para garantir a retomada do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru –, conforme moção a seguir, elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício 2020: “Vimos solicitar, por meio deste requerimento, que o governo do Estado retome as atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru –, em face dos programas e das ações previstos no PPAG 2020-2023 que envolvem questões destinadas à promoção de regularização fundiária, urbanística e habitacional para populações em situação de vulnerabilidade social e econômica, que encontram expressão nas ações de elaboração do Plano Estadual de Habitação e Mobilidade Urbana”. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.928/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que suplemente a meta financeira da Ação 4326 – Atendimento às Escolas Família Agrícola –, do Programa 112 – Modalidades e temáticas especiais de ensino –, prevista no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para garantir que o repasse de recursos financeiros referentes aos alunos das escolas família agrícola tome por base o valor *per capita* por aluno definido legalmente e o número de matrículas efetivadas em cada escola. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.929/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que analise a viabilidade de estabelecimento de parceria entre as diferentes instituições governamentais pertinentes e organizações da sociedade civil para análise e eventual implantação, em todos os níveis e modalidades de ensino, nas escolas estaduais públicas e privadas, de projetos que promovam e reconheçam a diversidade cultural, tais como os apresentados a seguir: “Afroeducação”: tendo por finalidade a realização de eventos culturais que deem visibilidade à cultura negra brasileira em suas diferentes manifestações, por meio de debates, seminários, rodas de conversa, saraus literários, festivais e cineclubes; “Programa de conhecimento dos direitos e da diversidade cultural”: com o objetivo de abordar, de forma estruturada, os temas transversais nas diferentes disciplinas, em especial nas áreas de ciências humanas, além de nas atividades recreativas, de modo a que fortaleçam o exercício da cidadania; Projeto “Solte o cabelo, prenda o seu preconceito”, com o objetivo estimular a autoestima das crianças negras e combater o *bullying*. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.930/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de prestar apoio financeiro à Associação Mineira das Escolas Família Agrícola

– Amefa – para o desenvolvimento de ações de apoio técnico-pedagógico às escolas família agrícola do Estado. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.931/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências, reiterando o Requerimento nº 3.459/2019, para que, diante das determinações da Lei nº 18.185, de 2009, seja mantida, em caráter excepcional, a partir do ano de 2021, a contratação temporária de brigadistas para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, tendo em vista a importância dessas equipes para o controle de incêndios florestais nas unidades de conservação. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.932/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que avalie a possibilidade de atender as 22 escolas família agrícola no escopo da Ação 4515 – Educação para o Campo –, do Programa 147 – Melhoria do Ambiente de Negócios –, previsto no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.933/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que assegure a implantação da Lei nº 11.645, de 2008, que trata da história afro-brasileira e indígena no Brasil, por meio do aprimoramento dos materiais e da capacitação dos professores, com o objetivo de apresentar aos descendentes africanos personagens importantes de sua história e a luta dos movimentos minoritários, de forma a produzir um reparo mínimo para a memória da população negra, indígena e seus descendentes. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.934/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o andamento do grupo de trabalho para discussão de novo modelo de apoio financeiro, acompanhamento pedagógico e monitoramento das ações das escolas família agrícola em funcionamento no Estado, cujas atividades tiveram início em 15/10/2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.935/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que se envidem esforços para garantir a realização da 3ª edição da Copa Estadual da Juventude Rural de Minas Gerais. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 3.936/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre a execução do Programa Pró-Mananciais por essas duas empresas, em que sejam detalhados os municípios onde está sendo realizado, as atividades desenvolvidas por meio dele e os critérios para identificação e seleção dos municípios que serão beneficiados pelo programa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.937/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que analise a viabilidade de estabelecimento de parceria entre as diferentes instituições governamentais pertinentes e organizações da sociedade civil, de modo a propiciar assistência especializada aos praticantes de religiões de matriz africana e afro-brasileiras ou orientais, em caso de hospitalização, internação, detenção ou outras situações em que se encontrem recolhidos em instituições públicas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.938/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que envidem esforços para garantir a realização da 3ª edição da Copa Estadual da Juventude Rural de Minas Gerais. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 3.939/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para que sejam envidados esforços para ampliar a concessão de

bolsas no escopo da Ação 4007 – Formação e Capacitação Científica e Tecnológica – nos exercícios de 2021 a 2023. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.940/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que analise a viabilidade de estabelecimento de parceria entre as diferentes instituições governamentais pertinentes e organizações da sociedade civil, de modo a propiciar assistência especializada aos praticantes de religiões de matriz africana e afro-brasileiras ou orientais, em caso de hospitalização, internação, detenção ou outras situações em que se encontrem recolhidos em instituições públicas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.941/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para que sejam publicados editais de pesquisas na área de fitoterapia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.942/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que analise a viabilidade de criação do Observatório da Juventude, com vistas à realização de pesquisas, ações de capacitação, atividades culturais e disseminação de informações sobre a situação dos jovens do norte de Minas. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.943/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que se articule com a Prefeitura Municipal de Almenara para a construção de centro de comercialização da mandioca e de outros produtos agrícolas, no âmbito da execução Ação 4518 – Mercados Institucionais –, com recursos de R\$300.000,00 aportados por esta comissão à citada ação, posto que o aprimoramento dos processos logísticos e de comercialização nas localidades atendidas compõe sua finalidade. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.944/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o planejamento para o pagamento do passivo do Bolsa Reciclagem, no âmbito da Ação 4354. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.945/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que crie um fórum contínuo de discussão sobre as condições de exploração da área de cerrado ao longo dos Rios Araçuai e Jequitinhonha ou para que pautasse essa temática no programa Diálogos com o Sisema, na região do Vale do Jequitinhonha. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.946/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Desenvolvimento Industrial – Indi – pedido de providências solicitando que envide esforços para a atração de investimentos para o setor de carros elétricos no Estado, oferecendo tratamento tributário diferenciado ao setor. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.947/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que dedique especial atenção à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para: divulgação e fomento da implantação de sistemas agroflorestais – SAFs; fomento à agricultura urbana comunitária e de base familiar; apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar; promoção da autonomia das mulheres agricultoras no campo e nas cidades. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.948/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que sejam implementadas, a partir dos estudos elaborados, os planos de ação e as atividades das Ações 1038 (Fontes Renováveis e Eficiência Energética) e 1041 (Promoção do Comércio Exterior Mineiro), constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.949/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre se há profissionais das áreas de serviço social disponíveis na universidade para desempenhar as atividades de identificação, análise e acompanhamento dos estudantes e do Programa Estadual de Assistência Estudantil a que se refere o Decreto nº 47.389, de 2018, e em que condições os referidos serviços estão sendo prestados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.950/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios de investimento para o desenvolvimento da rede elétrica nos municípios que possuem distritos industriais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.951/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que analise a viabilidade da implementação de consórcio intermunicipal para gerenciamento dos resíduos sólidos, que integre os municípios das regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que sejam distantes entre si até o raio de 100km. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.952/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade de implantação e manutenção de unidades demonstrativas e de produção de sementes crioulas e de bancos de sementes crioulas nas regiões de maior concentração de agricultores familiares do Estado, notadamente na unidade Campo Experimental de Acauã. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.953/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o planejamento da instituição, a partir de 2020, para consolidação e aprimoramento dos programas de pós-graduação, no âmbito da Ação 4173 – Apoio aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu –, do Programa 48 – Ensino Superior – Unimontes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.954/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja incorporada a dimensão de gênero na execução das atividades realizadas no âmbito da Ação 4279 – Artesanato Mineiro para o Desenvolvimento Regional. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.955/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie, no âmbito da Ação 4321 – Promoção das políticas públicas de saneamento –, a implementação de ações de saneamento nos Municípios de Capelinha, Coronel Murta, Jenipapo de Minas, Minas Novas, Araçuai, Angelândia, Turmalina, Veredinha e Itamarandiba. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.956/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que publique os dados sobre os artesãos mineiros, por tipo de produto e região de atuação, com base nos dados existentes no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – Sicab –, com atualização mensal no *site* da secretaria. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.957/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir sistema próprio de cadastramento de artesãos no Estado. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.958/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que assegure a execução da nova ação denominada Feiras da Agricultura Familiar, viabilizando a realização de feiras estaduais e regionais da agricultura familiar, com recursos aportados por esta comissão de R\$150.000,00 para a Feira Estadual Agríminas e de R\$50.000,00 para a feira Agrivales, em Teófilo Otôni, a ser realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Teófilo Otôni. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.959/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências com vistas a apoiar o cadastramento dos artesãos mineiros no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – Sicab –, para ampliar a cobertura do cadastramento e a publicidade dos dados. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.960/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que, nas obras de construção e manutenção das rodovias sob sua jurisdição, realize adaptações nos locais utilizados como pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo intermunicipal, facilitando o dia a dia dos cadeirantes e de pessoas com dificuldade de locomoção. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.961/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências com vistas à realização de estudo de viabilidade para apoiar o artesanato gastronômico no Estado. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.962/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que viabilize a representação do pequeno produtor de café no mercado de exportação, com vistas a assegurar equidade de oportunidades entre agricultores familiares e grandes produtores e exportadores de café. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.963/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento –, do Programa 120, busque soluções para o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas comunidades mencionadas de cada município, como se segue: São Francisco (Caraíbas II, Pau D'Óleo, São Martins, Mangabeiras, Papa Mel, Santo Antônio e Bom Jardim do Prata); Ubaí (Gerais Velho e adjacências); e Chapada do Norte (Faceira, Córrego do Rocha, Poções Alves e Serrano). (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.964/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que realize estudo de viabilidade para a implantação de ponto de comércio e exposição do artesanato do Distrito de Pasmadinho. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.965/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações, reiterando as solicitações contidas no Requerimento nº 3.220/2019, oriundo de reunião do Assembleia Fiscaliza, sobre o processo de refederalização de trecho da BR-135 no Norte de Minas, com detalhamento da situação atual das negociações e das perspectivas reais de sua efetivação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.966/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam aportados, nos termos dos limites máximos previstos em lei, recursos no Fundo Estadual do Café – Fecafé. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.967/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que avalie a possibilidade de incorporar em seu planejamento de elaboração de projetos básicos para abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos as comunidades mencionadas de cada município, como se segue: São Francisco (Caraíbas II, Pau d'Óleo, São Martins, Mangabeiras, Papa Mel, Santo Antônio e Bom Jardim do Prata); Ubaí (Gerais Velho e adjacências); e Chapada do Norte (Faceira, Córrego do Rocha, Poções Alves e Serrano). (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.968/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que se articule com a Secretaria de Estado de Educação – SEE – com vistas a efetivar a oferta do apoio previsto no escopo da Ação 4515 – Educação para o campo –, qual seja promover

conhecimento de tecnologias de produção sustentável na agropecuária, desenvolvendo o fortalecimento da Economia no campo, através de disciplinas adaptadas à rede rural, objetivando a mitigação da pobreza no campo, com especial atenção para as escolas situadas no Norte de Minas. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.969/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para implementar, no exercício de 2020, o Fórum Permanente de Direitos Humanos da Pessoa Idosa, como forma de ampliar as discussões sobre essa pauta e propiciar o aprimoramento e o fortalecimento das políticas públicas inerentes a esse segmento no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.970/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado às Prefeituras dos Municípios de São Francisco, Ubaí e Chapada do Norte pedido de providências para que revejam seus contratos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – com vistas a atender, com abastecimento de água e esgotamento sanitário, as comunidades mencionadas de cada município, como se segue: São Francisco (Caraíbas II, Pau d'Óleo, São Martins, Mangabeiras, Papa Mel, Santo Antônio e Bom Jardim do Prata); Ubaí (Gerais Velho e adjacências); e Chapada do Norte (Faceira, Córrego do Rocha, Poções Alves, Serrano). (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.971/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que se dê prioridade à conclusão da pavimentação do trecho da BR-135 entre os Municípios de Manga e Itacarambi. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.972/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude a viabilidade de implantar, no Sul de Minas, um dos núcleos (HUBs) baseados em inovação tecnológica para o agronegócio, conectando produtores e demais atores de cadeias produtivas, além de empresas de inovação, previstos na Ação 4514 – Agritechs –, com vistas à dinamização do setor cafeeiro. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.973/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Cultura e Turismo pedido de providências para a análise de viabilidade de realização de parcerias com a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para oferta de capacitação de agentes culturais na região Norte de Minas. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 3.974/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o status das seguintes obras e sobre a previsão de sua execução no planejamento estratégico dessas empresas: 1) captação de água na Barragem de Setúbal para atender os Municípios de Francisco Badaró e Jenipapo de Minas; 2) implantação ou conclusão dos sistemas de tratamento de esgoto dos Municípios de Berilo, Chapada do Norte, Araçuaí, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas; 3) implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito de Lelivéldia, com captação a partir do Rio Jequitinhonha; 4) ampliação do sistema de captação de água da sede de Francisco Badaró, a partir do Rio Setúbal, com implantação de redes de distribuição que atendam as comunidades de São João, Ribeirão, Empoeira e Barreiros; 5) complementação das obras iniciadas de implantação da rede de água e esgotos na localidade Cedro, pertencente a Teófilo Otôni. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.975/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências solicitando prioridade para a construção da ponte sobre o Rio São Francisco na Rodovia MG-402. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.976/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que sejam incluídos parâmetros de análise de presença de hormônios e

antibióticos na inspeção e na fiscalização de estabelecimentos que produzam, distribuam, transportem, armazenem, processem ou comercializem produtos de origem animal. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.977/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para priorizar a realização de ações direcionadas à capacitação de servidores no âmbito do Poder Executivo em torno das especificidades e dos direitos da pessoa idosa, como forma de contribuir para a melhoria do atendimento a esse público no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.978/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para análise de viabilidade de criação de cursos de pós-graduação direcionados à formação de profissionais na área de cultura e patrimônio cultural, bem como para realização de parcerias da Unimontes com a Secretaria de Cultura e Turismo para oferta de capacitação de agentes culturais. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.979/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que conheçam o projeto Lar com Dignidade, do Município de Jequitinhonha, que constrói módulos sanitários com fossas ecológicas em que se usa serragem, com vistas a adotar essa alternativa no escopo de suas ações. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.980/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir premiação, no âmbito do Fundo Estadual de Cultura – FEC –, para iniciativas culturais de comunidades quilombolas, de modo a dar efetividade à emenda popular ao orçamento do Estado aprovada por esta comissão, bem como para que se analise a viabilidade de que o prêmio tenha a denominação Alê do Rosário, em homenagem a Alessandro Borges de Araújo, capitão da Congada Nossa Senhora do Rosário dos Quilombolas, diretor de Cultura das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N’Golo; coordenador municipal de Cultura de Berilo, contra– mestre de Folia de Reis, ativista cultural e um dos criadores dos Roteiros Turísticos da Rota dos Quilombolas, morto precocemente aos 30 anos. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3.981/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para realizar ações direcionadas à capacitação de servidores no âmbito da instituição em torno das especificidades e dos direitos da pessoa idosa, como forma de contribuir para a melhoria do atendimento a esse público no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.982/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para adequar, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan –, a descrição da Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social –, para “Cofinanciamento, por meio de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social, correspondente ao Piso Mineiro de Assistência Social Fixo”. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.983/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que se dê prioridade à conclusão da obra da Rodovia LMG-760 e das obras de rodovias estaduais do entorno de Ipatinga. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.984/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq – pedido de providências para a realização de cursos de capacitação em conhecimentos náuticos e sobre responsabilidade náutica para atendimento dos municípios banhados pelo Lago de Furnas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.985/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guapé – Saae Guapé – pedido de providências para que trate os esgotos gerados no município, que estão sendo lançados

sem tratamento no Lago de Furnas e comprometendo a qualidade e o uso múltiplo das águas da represa, em especial, a criação de tilápias. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.986/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para dar prioridade às obras de adequação e pavimentação da Rodovia MG-214, entre os Municípios de Capelinha e Senador Modestino Gonçalves; da MG-211, entre Setubinha e Capelinha; da MG-406 e da MGC-251, de Pedra Azul a Almenara; e da LMG-678, entre Araçuaí a Novo Cruzeiro. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.987/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que, após a recomposição de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – Feas – com recursos oriundos do FEM, seja feita a atualização do Piso Mineiro de Assistência Social para o valor de R\$3,00 *per capita*, com base no CadÚnico de 2019, no âmbito da Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social –, conforme deliberado na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, bem como seja dado apoio aos municípios para a implantação das medidas socioeducativas de meio aberto. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.988/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG – pedido de providências para realizar ações direcionadas à capacitação de servidores no âmbito da instituição em torno das especificidades e dos direitos da pessoa idosa, como forma de contribuir para a melhoria do atendimento a esse público no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.989/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para assegurar a execução da Ação “Educação Sanitária”, correspondente à Ação do 4021 do PPAG 2016-2019, tendo em vista sua restauração por emenda desta comissão decorrente de sugestão popular; e sejam desenvolvidas ações de educação sanitária para os agricultores familiares sobre sanidade animal, vegetal e ambiental, segurança alimentar e agroindustrialização de produtos de origem animal e vegetal. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 3.990/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o *status* das obras ligadas aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos previstas no planejamento estratégico da empresa nos municípios do entorno do Lago de Furnas, sob sua concessão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.991/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências solicitando prioridade para a adequação de todo o trecho da BR-367, na região do Jequitinhonha, com ações que incluem a assinatura de convênio/cooperação técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, visando à assunção de trechos hoje sob jurisdição federal; a recuperação e adequação da capacidade de trechos pavimentados; a pavimentação de trechos ainda não pavimentados – Minas Novas a Virgem da Lapa, Pedra Azul a Pedra Grande, Pedra Grande a Almenara, Almenara a Salto da Divisa, Capelinha a Itamarandiba, Itamarandiba a Senador Modestino Gonçalves, Chapada do Norte ao Entrocamento da LMG-677 (Leme do Prado) e Joáima a Fronteiras dos Vales; a instalação de postos de fiscalização, de praças de pesagem e de radares de velocidade, visando fiscalizar principalmente o tráfego de caminhões transportando eucalipto, que, por transitarem fora das normas, têm causado desgastes em vários pontos da rodovia; melhorias e adequações viárias dos trevos de acesso a comunidades; e a melhoria na sinalização vertical e horizontal, notadamente nos trechos com maiores índices de acidentes. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.992/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Capitania Fluvial de Minas Gerais pedido de providências para a realização de cursos de capacitação em conhecimentos náuticos e sobre responsabilidade náutica para atendimento dos municípios banhados pelo Lago de Furnas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.993/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para realizar ações direcionadas à capacitação de servidores no âmbito do Poder Judiciário em torno das especificidades e dos direitos da pessoa idosa, como forma de contribuir para a melhoria do atendimento a esse público no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.994/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que estude a viabilidade de desenvolver programas de ensino de idiomas e de intercâmbios de estudo para adolescentes e jovens mineiros, com a finalidade de aprimorar a sua preparação para o mundo do trabalho. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.995/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que efetive o atendimento à população em situação de rua no âmbito da Ação 1012 – Qualificação Profissional – do Programa 089 – Rede de Desenvolvimento da Educação Profissional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, com vistas a apoiar a inserção desse público no mundo do trabalho. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.996/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para ampliar as ações direcionadas à capacitação de servidores no âmbito da instituição em torno das especificidades e dos direitos da pessoa idosa, como forma de contribuir para a melhoria do atendimento a esse público no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.997/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para vincular a destinação das receitas da Loteria Mineira para a política de assistência social, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social – Feas –, para o aprimoramento da rede socioassistencial, para financiar a Ação Rede Cuidar, a ser restaurada no âmbito do Programa 65 – Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.998/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir premiação, no âmbito do Fundo Estadual de Cultura – FEC –, para obras audiovisuais que registrem a história da ocupação do território mineiro no âmbito das comemorações dos 300 anos de Minas Gerais, em 2020, para dar efetividade à emenda popular ao orçamento do Estado aprovada por esta comissão. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 3.999/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para dar prioridade à conservação das estradas sob sua jurisdição na Região Geográfica Intermediária de Ipatinga. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.000/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para que informe aos municípios não atendidos pela Copasa-MG e pela Copanor sobre as linhas de crédito disponíveis para o financiamento de obras de saneamento básico. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 4.001/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que estude a viabilidade de realizar parcerias com as organizações da sociedade civil como uma das estratégias para a qualificação do público-alvo da Ação 1048 – Formação 4.0 – do Programa 089 – Rede de Desenvolvimento da Educação Profissional – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.002/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para incrementar, no exercício de 2020, as ações de formação dos membros de conselhos, comitês e comissões estaduais vinculados à pauta de direitos humanos, bem como dos membros dos conselhos municipais

de direitos das 13 regiões geográficas intermediárias do Estado, privilegiando-se as capacitações pelo formato presencial e destinando-se, para tanto, os recursos orçamentários necessários. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 4.003/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para que estude a viabilidade de atender, nos institutos de Juiz de Fora e Pitangui, estudantes de outras regiões do Estado, com bolsa de manutenção e deslocamento, para os cursos oferecidos no âmbito da Ação 4026 – Formação de técnicos em laticínios, agropecuária e cooperativismo –, além de incluir, no escopo desses cursos, formação técnica em agroecologia, produção orgânica e economia popular solidária. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.004/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para vincular a destinação de 70% dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – para a política de assistência social, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social – Feas. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.005/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir uma incubadora de projetos culturais com a finalidade de atender a região Norte de Minas no desenvolvimento da economia criativa e solidária, com vistas a articular iniciativas da sociedade civil, de municípios e órgãos gestores estaduais das áreas de cultura, turismo e indústrias criativas. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.006/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itanhandu pedido de providências para a implantação de hidrômetros para a cobrança pelo consumo de água nesse município. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 4.007/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para fomentar as atividades inerentes aos conselhos, comitês e comissões estaduais vinculados à pauta de direitos humanos, privilegiando-se o formato presencial para as deliberações desses órgãos, por meio da garantia, no exercício de 2020, dos recursos necessários, inclusive para o custeio de passagens e diárias de seus membros. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 4.008/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre as formas de apoio prestadas ou passíveis de prestação ao projeto de implantação de hortas comunitárias e ocupação sustentável de lotes vagos em Varginha, desenvolvido pela estudante Luziany Maria de Oliveira em parceria com a Prefeitura Municipal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.009/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para, na execução orçamentária de 2020, remanejar R\$9.916.945,00 da Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social –, para a ação nova a ser criada destinada ao Piso Mineiro de Assistência Social Variável. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.010/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que estude a viabilidade de apoiar e de articular com o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – a continuidade do Projeto Vale Água, Vale Vida, na área da Área de Preservação Ambiental – APA – Chapada do Lagoão de Araçuaí, realizado e executado pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, em Araçuaí. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.011/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de se instituir a modalidade de apresentação oral de projetos no Fundo Estadual de Cultura – FEC –, de modo a viabilizar o acesso de pessoas não alfabetizadas ou que tenham dificuldade de preencher os formulários da Plataforma Digital Fomento e Incentivo à Cultura. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.012/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o projeto de captação de água da Barragem de Machado Mineiro, para atendimento, por gravidade, dos Municípios de Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Medina e Pedra Azul. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.013/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para analisar a viabilidade e a oportunidade de implantação de uma casa de apoio à mulher em situação de violência no Município de Turmalina, tendo em vista o crescimento dos índices de violência contra as mulheres no Estado e, em particular, na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otôni, que carece substancialmente de serviços e equipamentos direcionados a essa finalidade. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 4.014/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para garantir o cumprimento do acordo firmado após o fim da greve de 2016 entre o Estado, as universidades estaduais e as associações representativas de servidores, conforme moção transcrita a seguir, elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício de 2020: “Nós, do ensino superior de Minas Gerais, solicitamos a aplicação de oitenta e cinco milhões de reais que constam no acordo de greve de 2018. Esse valor deve ser aplicado no plano de carreiras da Unimontes e UEMG para os professores da educação superior. Esses valores foram pactuados no acordo de greve de 2018. Além disso, os servidores técnicos administrativos solicitam também o valor de 15 milhões de reais para aplicação nas carreiras desses servidores, conforme acordos estabelecidos entre a categoria e o Estado. O acordo de greve assumido pelo governo em 2018 está depositado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No caso das carreiras dos professores, os valores citados deverão ser aplicados por meio das incorporações da GDPEs e “pó de giz” que constituirão a nova tabela salarial. No caso dos servidores técnicos administrativos, os valores são para incorporação do abono salarial e gratificação complementar ao vencimento básico. Os valores solicitados também serão aplicados às dedicações exclusivas, que passarão de 40% para 50% do vencimento básico”. (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.015/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de informações sobre a cobertura atual da Ação 4095 – Implantação de Cisternas de Consumo – e os procedimentos necessários para que o público acesse o serviço. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.016/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de desenvolvimento de ações específicas de valorização e difusão da literatura de cordel no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.017/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Bancada Mineira na Câmara dos Deputados pedido de providências para destinar recursos para aquisição de caminhonetes 4x4, com cela e rádio móvel digital, para 19 unidades de execução operacional, com vistas a reestruturar a patrulha rural no Estado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.018/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que conheça a comunidade quilombola Baú, situada na Fazenda Santana, em Araçuaí, e incorpore ao seu planejamento a elaboração do projeto básico para a captação de água do Rio Jequitinhonha para abastecimento da referida comunidade. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 4.019/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que o recurso acrescido pela Assembleia Legislativa, por sugestão da Comissão de Participação Popular, na Ação 4116 – Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos –, no valor de R\$250.000,00 (tendo por objeto de gasto o desenvolvimento de atividades de acolhimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência na

Região Metropolitana de Belo Horizonte), seja preferencialmente aplicado na manutenção dos serviços oferecidos pela Casa de Referência da Mulher Tina Martins, localizado nesta capital. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 4.020/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de disponibilizar, de forma didática, informações públicas sobre potenciais patrocinadores de projetos culturais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 4.021/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para garantir o cumprimento do acordo firmado após o fim da greve de 2016 entre o Estado, as universidades estaduais e associações representativas de servidores, conforme moção transcrita a seguir, elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício 2020: “Nós, do ensino superior de Minas Gerais, solicitamos a aplicação de oitenta e cinco milhões de reais que constam no acordo de greve de 2018. Esse valor deve ser aplicado no plano de carreiras da Unimontes e UEMG para os professores da educação superior. Esses valores foram pactuados no acordo de greve de 2018. Além disso, os servidores técnicos administrativos solicitam também o valor de 15 milhões de reais para aplicação nas carreiras desses servidores, conforme acordos estabelecidos entre a categoria e o Estado. O acordo de greve assumido pelo governo em 2018 está depositado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No caso das carreiras dos professores, os valores citados deverão ser aplicados por meio das incorporações da GDPES e “pó de giz” que constituirão a nova tabela salarial. No caso dos servidores técnicos administrativos, os valores são para incorporação do abono salarial e gratificação complementar ao vencimento básico. Os valores solicitados também serão aplicados às dedicações exclusivas, que passarão de 40% para 50% do vencimento básico”. (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.022/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para a perfuração de poço artesiano e a adoção de medidas alternativas para captação de água de chuva, bem como para captação de água do Córrego do Itaberaba, para atendimento das comunidades de Passagem de Pedra e Laranjão, no Município de Curral de Dentro, na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 4.023/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o planejamento das obras de captação de água do Rio Jequitinhonha para abastecimento humano, urbano e rural, nos Municípios de Cachoeira do Pajeú, Divisa Alegre, Pedra Azul e adjacências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.024/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que se articule com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV – para a implantação de barraginhas nas Regiões Geográficas Intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otôni. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 4.025/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que o recurso acrescido pela Assembleia Legislativa, por sugestão da Comissão de Participação Popular, na Ação 4116 – Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos –, no valor de R\$500.000,00 (tendo por objeto de gasto a expansão e a manutenção dos Centros de Referência de Direitos Humanos no Estado), seja aplicado considerando-se, também, a viabilidade e a oportunidade de implantação do Centro Estadual de Referência dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 4.026/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para garantir a aquisição de equipamentos para intensificar o trabalho da patrulha rural, como veículo 4x4, *drones* com georreferenciamento, armamento de alta energia, colete balístico, monitoramento via

satélite e programas de segurança ao produtor e morador da zona rural, conforme moção a seguir, apresentada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023: “Nós, participantes do grupo de Infraestrutura das Polícias Ostensivas e Judiciária e da Defesa Civil, vimos através deste, apoiar a demanda da população de São José da Lapa e entrega proposta e reconhecimento da patrulha rural de São José da Lapa por meio do abaixo-assinado da população atendida, brilhantemente, pela patrulha rural. A mesma se faz necessária pelo alto grau de aceitação, eficácia e combate ao crime na zona rural de São José Lapa. Portanto, justifica-se a solicitação de uma nova viatura (Patrulha Rural), com equipamentos para intensificar o trabalho, como: veículo 4x4, *drones* com georreferenciamento, armamento de alta energia, colete balístico, monitoramento via satélite e programas de segurança ao produtor e morador da zona rural”. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.027/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que avaliem a possibilidade de criação de um banco de dados sobre as nascentes do Estado, que contenha sua localização, os dados de quantidade e qualidade de suas águas, as ações desenvolvidas pelo Estado para a sua proteção, bem como os dados do uso dos recursos hídricos no seu entorno. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.029/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para a implementação de recursos de acessibilidade nas edificações dos câmpus da universidade, a melhoria dos investimentos em laboratórios de informática e de aulas práticas e a elaboração de projetos executivos e a respectiva execução de obras em espaços disponíveis na universidade, com vistas ao aprimoramento da infraestrutura e da qualidade dos cursos ofertados. (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.030/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre quais são as atividades previstas no escopo da Ação 4327 – Programa Convivência Democrática –, do Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, e se serão mantidas as capacitações para os profissionais de educação nos temas pertinentes à ação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.031/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o planejamento para a construção das estações de tratamento de esgoto – ETEs – previstas para 2020, por região geográfica intermediária do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.032/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4468 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, avalie a possibilidade de que nela sejam contempladas a Bacia do Rio Grande, em especial o Lago de Furnas e o seu entorno, e as Bacias dos Rios Doce, Paraopeba e Jequitinhonha, nessa última com destaque para o Rio Araçuai e os Ribeirões Correntes, Mandassaias e Areão. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.033/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão as moções a seguir, elaboradas pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício 2020: “Nesta semana (28/10 a 01/11) encontra-se em discussão, na Assembleia Legislativa, o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental, 2020-2023, que sistematiza, de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver no período de quatro anos. O PPAG é projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo e transparece o que o governo planeja para a execução no período de 4 anos, deixando claras quais são as prioridades do Executivo e vinculando, portanto, o orçamento necessário para a execução do PPAG. A Coordenação e a Direção Estadual do Sind-UTE-MG está presente à ALMG para a discussão participativa do PPAG 2020-2023 e as conclusões são a de que o Estado, em especial o governo Zema, desconhece as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação. Conforme se vislumbra das ações propostas no PPAG (páginas 329 a 394), o governo

propõe metas em diversas ações que estão estagnadas para os 4 anos seguintes, ou seja, não há no planejamento a previsão de investimentos para ampliação e universalização do ensino ou para melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação. O Sind-UTE-MG continuará acompanhando as discussões do PPAG e irá encaminhar e cobrar o devido investimento na educação mineira, de forma a valorizar os estudantes e todos os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais”. “Nós, participantes do grupo de educação da Discussão Participativa do PPAG 2020/2023, vimos por meio desta, apresentar nosso repúdio quanto à ação do governo estadual de desconsiderar o Plano Estadual de Educação e suas diretrizes neste processo de elaboração do PPAG 2020/2023.” (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.034/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional das Águas – ANA – pedido de providências para que assegure que o Reservatório de Furnas opere sempre acima da cota de 762m, de forma a viabilizar os usos múltiplos do lago. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 4.035/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de informações sobre a demanda de participação no Programa de Assistência Estudantil em relação ao número atual de alunos bolsistas, bem como os critérios de concessão de benefícios e quantos alunos demandantes atenderiam aos critérios exigidos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.036/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que intensifique suas ações nas áreas de fomento à economia sustentável, de revitalização de cursos d’água, de fiscalização do uso de recursos hídricos e de controle das queimadas e do uso de agrotóxicos. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.037/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que se promovam ações de capacitação dos profissionais de educação da rede estadual nas temáticas de educação em direitos humanos e de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, no âmbito da Ação 4327 – Programa Convivência Democrática –, do Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino. (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.038/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Educação as manifestações a seguir, elaboradas pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023, exercício 2020: “Nesta semana (28/10 a 01/11) encontra-se em discussão, na Assembleia Legislativa, o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental, 2020-2023, que sistematiza, de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver no período de quatro anos. O PPAG é projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo e transparece o que o governo planeja para a execução no período de 4 anos, deixando claras quais são as prioridades do Executivo e vinculando, portanto, o orçamento necessário para a execução do PPAG. A Coordenação e a Direção Estadual do Sind-UTE-MG está presente à ALMG para a discussão participativa do PPAG 2020-2023 e as conclusões são a de que o Estado, em especial o governo Zema, desconhece as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação. Conforme se vislumbra das ações propostas no PPAG (páginas 329 a 394), o governo propõe metas em diversas ações que estão estagnadas para os 4 anos seguintes, ou seja, não há no planejamento a previsão de investimentos para ampliação e universalização do ensino ou para melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação. O Sind-UTE-MG continuará acompanhando as discussões do PPAG e irá encaminhar e cobrar o devido investimento na educação mineira, de forma a valorizar os estudantes e todos os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais”. “Nós, participantes do grupo de educação da discussão participativa do PPAG 2020/2023, vimos por meio desta, apresentar nosso repúdio quanto à ação do governo estadual de desconsiderar o Plano Estadual de Educação e suas diretrizes neste processo de elaboração do PPAG 2020/2023.” (– À Comissão de Educação.)

Nº 4.039/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o monitoramento da situação de execução da emenda

orçamentária de IPU 4, referente à Ação 1056 – Implantação de Barramentos – Pequenas Barragens – do PPAG 2016-2019, que tem como objeto a construção de barragens na Bacia do Rio Fanado, especialmente com relação aos seguintes dados: execução física da emenda, valor da cota orçamentária aprovada, valor do empenho, valor liquidado, valor pago, justificativa do estágio da despesa, atividades realizadas para a execução da emenda (ou justificativa para a não execução), além de eventual detalhamento da execução da ação como um todo e outras observações (como previsão de execução). (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.040/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para oferecer cursos de capacitação em linguagem brasileira de sinais – Libras – aos profissionais da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de forma a melhorar o atendimento à população com deficiência auditiva, haja vista a destinação de R\$144.000,00 na Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública –, do Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, por meio de emendas populares aos Projetos de Lei nºs 1.166/2019, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2020-2023, e 1.167/2019, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 4.041/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que fiscalize denúncia de lançamento de esgoto não tratado nos cursos d'água do Município de Carmo do Rio Claro. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.042/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja priorizado, em 2020, o aperfeiçoamento da formação e da capacitação dos profissionais do sistema socioeducativo do Estado, considerando-se que a atividade da categoria difere da dos demais integrantes dos sistemas de segurança pública e criminal, uma vez que os adolescentes se encontram em fase de desenvolvimento psicossocial, exigindo uma pedagogia diferenciada que privilegie sua singularidade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.043/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que elabore um plano de atuação emergencial para a recuperação da Bacia do Rio Araçuaí, com o apoio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, além da parceria para a troca de experiências com o Projeto Manuelzão. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.044/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o monitoramento da situação de execução da emenda orçamentária de IPU 4 referente à Ação 1032 – Construção de Reservatórios de Médio e Pequeno Porte – do PPAG 2016-2019, que tem como objeto a construção de barragens no território do Alto e do Médio e Baixo Jequitinhonha, especialmente com relação aos seguintes dados: execução física, valor da cota orçamentária aprovada, valor do empenho, valor liquidado, valor pago, justificativa do estágio da despesa, atividades realizadas para a execução da emenda (ou justificativa para a não execução), além de eventual detalhamento da execução da ação como um todo e outras observações (como previsão de execução). (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.045/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que se fiscalize a qualidade da água do Córrego Santana, em Araçuaí, diante da denúncia de sua possível contaminação por minério. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.046/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4416 – Implantação de Unidades de Prevenção à

Criminalidade –, do Programa 144 – Prevenção à Criminalidade –, previsto no projeto de lei que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, implantar, das seis unidades de prevenção à criminalidade previstas, duas de base local (Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos) e quatro de base municipal (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp), prioritariamente em municípios onde já existem centrais de penas alternativas – Ceapas –, quais sejam Vespasiano, Ibirité, Sete Lagoas e Divinópolis. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.047/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja executado estudo para levantar as possibilidades técnicas de implantação de barragens de reservação de água pluvial e de regularização de vazão nas localidades indicadas por emenda na Ação 4350, a saber: Município de Araçuaí: Córrego Calhauzinho, de forma a beneficiar as comunidades de São José das Neves, Calhauzinho das Neves, Lajinha, Palmital, Passagem de Goiaba e Neves; Córrego Piauí; Córrego Gravatá; Córrego das Neves; Município de Capelinha: Ribeirão dos Franciscos, Ribeirão do Sena; Rio Itamarandiba; Município de Itinga, no Ribeirão Itinguinha; e outras localidades da Bacia do Rio Jequitinhonha. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 4.048/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para destinar recursos a fim de implementar cursos de qualificação profissional para pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais, visando sua inclusão no mercado de trabalho e o fomento de iniciativas empreendedoras, com vistas à diminuição da reincidência criminal e ao incremento da reinserção social e dos indicadores de segurança pública, em um cenário no qual os contextos de baixa qualificação, baixa renda e desemprego se apresentam no Estado e afetam, de forma ainda mais grave, esse segmento, conforme observado a partir do trabalho realizado pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp – e pelas centrais de penas alternativas – Ceapas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.049/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a criação da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – em Itaobim, na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otôni, a fim de que os atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica sejam realizados de forma mais humanizada, oferecendo-se o suporte necessário para que saiam da situação de violência em que se encontram. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 4.050/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para realizar estudo de viabilidade para instalação de unidade do CBMMG no Município de Araçuaí ou no Município de Itaobim, com o objetivo de atender à região do Médio Jequitinhonha, haja vista a destinação de R\$770.000,00 por meio de emenda popular ao Projeto de Lei nº 1.167/2019, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.051/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos das atividades de manutenção realizadas ou demandadas pela Barragem de Setúbal no índice de turbidez das águas dos Rios Setúbal e Araçuaí, considerando-se a conservação ou o tipo de vegetação no seu entorno e a existência de planejamento para solução dos problemas de turbidez acima referidos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.052/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para priorizar, no exercício de 2020, a destinação de recursos para a implementação de uma unidade do programa Central de Penas Alternativas – Ceapa – na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otôni, de forma a propiciar, em especial, o acompanhamento de homens em cumprimento de medidas judiciais relacionadas à Lei

Maria da Penha, tendo em perspectiva, por um lado, o crescimento dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher nessa região e a inexistência de estruturas que tratem especificamente do problema e, de outro, a relevância de se contribuir para a cultura de paz, por meio de abordagens mais efetivas, estruturadas em intervenções nos fatores de risco social, na responsabilização pelo fato ocorrido e na promoção de espaços de fala, de troca de experiências e de reflexão. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.053/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a atuação do Estado no que se refere a um barramento existente no Rio Capivari, tributário do Rio Araçuaí, entre os Municípios de Minas Novas e Capelinha, destinado à reservação de águas para atendimento das necessidades hídricas de plantações de café e de eucalipto no seu entorno, incluídas a verificação da situação de outorga e as ações de monitoramento que estão sendo realizadas para que seja garantido o acesso à água das comunidades e dos estabelecimentos rurais a jusante da barragem. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.054/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para instalar, até 2023, unidades da instituição nos Municípios de Betim, Santa Luzia, João Pinheiro, Guanhães, Três Marias, Arcos, Bocaiuva, Capelinha, Andradas, Carandaí, Francisco Sá e Ibitiré. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.055/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre todos os poços tubulares profundos produtivos existentes na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otôni, com especificação de sua localização georreferenciada, da situação de produção de água (ativo ou inativo), da situação de outorga – volume outorgado e outras informações relevantes –, e quantos e quais estão conectados a reservatórios suspensos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.056/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para destinação, no exercício financeiro de 2020, de recursos para o atendimento a adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo por profissionais qualificados e em articulação com o sistema de prevenção, prioritariamente nas regiões de Belo Horizonte, Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia, Uberaba e Juiz de Fora, visando à sua reintegração social, à não reincidência e ao processo de fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais, tendo em perspectiva que o acompanhamento desses adolescentes e jovens, respeitadas as especificidades de sua condição de sujeitos em formação, os auxilia e instiga a refletir sobre suas trajetórias de vida e reduz o impacto ocasionado pelo sistema socioeducativo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.057/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que seja realizado levantamento dos açudes e represas com condição de desenvolvimento de piscicultura em tanques-rede nos Municípios de Ubaí, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, São João das Missões, Matias Cardoso e Manga como alternativa de geração de renda para agricultores familiares. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 4.058/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para efetuar o pagamento à empresa Abordagem Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 70.954.656/0001-29, que realizou curso de capacitação e treinamento de pessoal da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – no ano de 2018 e consta na Nota de Empenho nº 610/2018. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 4.059/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para destinar, no exercício financeiro de 2020, recursos para a realização de atividades formativas conjuntas, como seminários e capacitações, em temáticas afetas à segurança pública cidadã, que tenham como público-alvo os atores dos eixos proteção social e intervenção estratégica, nas localidades em que há unidades de prevenção à

criminalidade implantada, incluindo representantes das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário, dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.060/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para efetuar o pagamento à empresa Abordagem Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 70.954.656/0001-29, que realizou curso de capacitação e treinamento de pessoal para Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – no ano de 2018 e consta na Nota de Empenho nº 610/2018. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 4.061/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no planejamento e na contratação das obras a serem realizadas nas Regiões Geográficas Intermediárias de Teófilo Ottoni e Montes Claros com recursos aportados por emenda apresentada por esta Comissão à Ação 4512 – Recuperação integrada da capacidade produtiva das bacias –, sejam consultadas as entidades Cáritas, Centro Alternativo Vicente Nica – CAV – e Articulação do Semiárido – ASA. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.062/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de providências para construir piscinas de treinamento nas seis regiões do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, com vistas a que sejam usadas para treinamento da tropa militar, haja vista o deslocamento de centenas de bombeiros militares para prestarem serviços no Município de Brumadinho, em decorrência do rompimento da barragem da referida empresa em 25/1/2019. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.063/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para destinar, no exercício financeiro de 2020, recursos para a realização de atividades formativas conjuntas, como seminários e capacitações, em temáticas afetas à segurança pública cidadã que tenham como público-alvo os atores dos eixos proteção social e intervenção estratégica nas localidades em que há unidades de prevenção à criminalidade implantada, incluindo representantes das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário, dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.064/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que seja realizado o pagamento imediato do passivo relacionado ao Programa Bolsa Verde. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.065/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a viabilidade da recuperação das sub-bacias hidrográficas a seguir listadas, considerando a metodologia utilizada para execução da Ação 4512 – Recuperação integrada da capacidade produtiva das bacias: Rio São Lamberto, Rio Verde, Rio Pacuí e Riachão, nos Municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas; Rio Paracatu, nos Municípios de Brasília de Minas e São Francisco; Rio Guavinipan, nos Municípios de Bocaiúva e Francisco Dumont; Rio Vacaria, nos Municípios de Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite, Virgem da Lapa e Padre Carvalho; Rio Pardo e Córrego Moinho, no Município de São Francisco; Riacho da Cruz, no Município de Januária; Rio São Felipe, nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia, Ibiracatu e Pedras de Maria da Cruz; Rio Jequitinhonha, contemplando: Rio São Miguel; Rio Araçuaí e seus afluentes, Rio Itamarandiba, Rio Soledade, Rio Capivari, Rio Piauí, Rio Fanado e Rio Setúbal; e Rio Mucuri. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.066/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinar, no exercício financeiro de 2020, recursos para a aquisição de 10 viaturas 4x4, com vistas à reestruturação do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco – Gepar –, considerando-se que, com esse grupo especial, a PMMG passou a atuar como uma “polícia cidadã” em aglomerados subnormais, identificando os

conflitos locais e mobilizando a comunidade e os órgãos do sistema de segurança pública para resolvê-los, constituindo hoje o referido grupo o principal programa da instituição na redução da taxa de homicídios no Estado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.067/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4276 – Fomento Florestal –, sejam priorizadas a proteção e a conservação das nascentes do Rio Verde. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.068/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase –, dessa secretaria, pedido de providências para, em atendimento aos princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase –, de 2006, e da Lei Federal nº 12.594, de 2012, assegurarem ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa a efetivação de seus direitos e o acesso à educação, à saúde, à profissionalização, ao esporte, à cultura e ao lazer, de modo a contribuir para a ruptura da prática de atos infracionais e a construção de novo projeto de vida, com os recursos e insumos necessários à operacionalização das atividades previstas nos eixos do Sinase, a partir de projeto político-pedagógico, por meio da contratação de instituições para ministrar tais atividades e outras correlatas e da compra de insumos para a realização das diversas oficinas previstas nesses eixos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.069/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – pedido de providências para, em atendimento aos princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase –, de 2006, e da Lei Federal nº 12.594, de 2012, destinarem-se subsídios para o deslocamento, a hospedagem e a alimentação das famílias que residem em outros municípios quando em visita aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade em localidades diversas, assim garantindo a eles o direito à convivência familiar e comunitária. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.070/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que sejam detalhadas, nos contratos de concessão de unidades de conservação do Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc –, as contrapartidas de investimentos que serão realizadas na parte concedida da unidade de conservação correspondente. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.071/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – pedido de providências para a realização de reformas e manutenção estrutural preventiva das unidades socioeducativas localizadas na Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte, de modo a assegurar condições adequadas e salubres para os adolescentes em cumprimento de medidas privativas de liberdade nessas unidades, e a aquisição de dois veículos para cada uma das 10 regiões geográficas intermediárias onde existem unidades socioeducativas de execução direta do Estado, num total de 20 veículos, de modo a ampliar e modernizar a frota e a garantir a segurança não só dos adolescentes, mas também dos servidores do sistema socioeducativo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.072/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja verificada a viabilidade de apoiar, com despesas com locomoção e alimentação, as famílias em visita aos filhos internados nos centros socioeducativos. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Participação Popular. Anexe-se ao Requerimento nº 4.069/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 4.073/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Fundação Caio Martins – Fucam – pedido de providências para que incorpore povos e comunidades tradicionais como público-alvo de suas ações de inclusão socioprodutiva, considerando as suas especificidades culturais, sociais e de organização interna. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 4.074/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a destinar os recursos necessários à implantação e manutenção, nos centros educacionais da Fundação Caio Martins – Fucam –, de seis centros de referência de empreendimentos populares sustentáveis – Creps –, e quatro centros de descarte e reúso – Ceder –, com a finalidade de viabilizar oportunidades de trabalho e geração de renda para a população do campo em situação de vulnerabilidade. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.075/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências com vistas a ampliar os recursos orçamentários destinados às políticas de trabalho, emprego e geração de renda, de forma a possibilitar o adequado atendimento aos destinatários dessas políticas, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.076/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para nomear os 151 candidatos excedentes aprovados no concurso público da Polícia Civil para o cargo de escrivão de Polícia (Edital 2/2018), conforme moção ao governador do Estado elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2020-2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.077/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para melhorar e atualizar, em 2020, o sistema de perícia atualmente utilizado pela instituição em projéteis balísticos encontrados em cenas de crimes, que colabora na identificação da autoria de delitos em que foram utilizadas armas de fogo e, assim, contribui na solução de crimes diversos, como explosões de caixas eletrônicas, homicídios e feminicídios. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.078/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o funcionamento do procedimento denominado Perícias Tóxicológicas Preliminares, realizado pela instituição na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.079/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para instalação, em 2020, 2021, 2022 e 2023, de postos de perícia avançados nas Regiões Geográficas Intermediárias de Pouso Alegre, Varginha, Barbacena, Divinópolis e Teófilo Otôni. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.080/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para nomeação dos 151 candidatos excedentes aprovados no concurso público da Polícia Civil para o cargo de escrivão de Polícia (Edital nº 2/2018), de forma a recompor o quadro de servidores da citada carreira. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.081/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para, em 2020, equipar as unidades de perícia da instituição nas Regiões Geográficas Intermediárias de Montes Claros, Teófilo Otôni, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas e Divinópolis. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.082/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para implantação do projeto do plantão virtual no âmbito da instituição. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.083/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para instalação de salas-cofres em todas as unidades da instituição, em especial naquelas localizadas em regiões com elevados índices de apreensão de entorpecentes e armas de fogo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.084/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a criação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – no Município de Itaobim, para

atender aos casos de violência contra a mulher nas microrregiões do Médio e Baixo Jequitinhonha. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 4.085/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja estudada a viabilidade de alteração da nomenclatura das regiões geográficas intermediárias utilizadas na regionalização de metas do PPAG 2020-2023, buscando-se mais adesão e identidade à forma como a população denomina as regiões. (– À Comissão de Administração Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 363/2019, dos deputados Duarte Bechir, Antonio Carlos Arantes e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais – Ciee-MG – pelos 40 anos de sua fundação.

Nº 740/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja analisada a viabilidade de realização de evento institucional no âmbito desta Casa Legislativa para discutir as causas indígenas, quilombolas e ciganas, a fim de dar voz a suas lideranças, com a participação de representantes dos municípios mineiros, especialmente daqueles em que essas comunidades tradicionais estejam presentes. (– À Mesa da Assembleia.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 3.844/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte, pelo projeto Programando Sonho Delas, voltado para a formação de mulheres em situação de vulnerabilidade social em programação de informática, finalista de um prêmio internacional na categoria Cidades Inclusivas e Compartilhadoras.

Nº 3.873/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para suplementação orçamentária em favor da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, possibilitando à instituição nomear defensores públicos, considerando-se que, das 296 comarcas do Estado, 185 ainda não contam com defensores públicos.

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, combinado com o inciso I do art. 284 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 3.856/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as atividades da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais em 2019, especificando-se os conflitos fundiários rurais que estão em acompanhamento.

Nº 3.875/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que os registros de feminicídio sejam considerados entre os indicadores de criminalidade violenta em Minas Gerais.

Nº 3.876/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para implementação de ações específicas e efetivas, tanto preventivas quanto repressivas, no enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública.

Nº 3.878/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para ampliação da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD.

Nº 4.028/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.398/2017, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CEC-LGBT – e dá outras providências, ou o envio a esta Casa de novo projeto com a mesma finalidade, reiterando-se, inclusive, requerimentos com o mesmo objeto, já encaminhados em decorrência das discussões e recomendações advindas dos 1º e 2º ciclos do Assembleia Fiscaliza.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Segurança Pública, de Agropecuária, de Cultura, de Participação Popular e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Oradores Inscritos

– Os deputados Duarte Bechir, Doutor Jean Freire e Virgílio Guimarães proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 1º ano do ensino médio do Cefet, de Contagem. Muito obrigado pela presença de vocês.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 3.881 a 3.887, 3.889 e 3.890/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, e 3.891/2019, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos – aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 20/11/2019, do Requerimento nº 3.282/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

de Segurança Pública – aprovação, na 45ª Reunião Extraordinária, em 20/11/2019, dos Requerimentos nºs 3.694/2019, do deputado Bruno Engler, e 3.751/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.;

de Agropecuária – aprovação, na 8ª Reunião Extraordinária, em 20/11/2019, dos Requerimentos nºs 3.744 e 3.747/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita;

de Cultura – aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 20/11/2019, dos Projetos de Lei nºs 920/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, e 5.083/2018, do deputado Fred Costa, e dos Requerimentos nºs 3.741 e 3.742/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, e 3.746/2019, da deputada Rosângela Reis;

de Participação Popular – aprovação, na 22ª Reunião Extraordinária, em 20/11/2019, das Propostas de Ação Legislativa nºs 1, 2, 3 e 6/2019, na forma dos requerimentos anexos; 4, 7, 8 e 9/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 10/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.167/2019; 12/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.166/2019; 13/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 14/2019, na forma dos requerimentos anexos; 15, 16 e 17/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 18/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 19/2019, na forma dos requerimentos anexos; 20/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 22/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.166/2019 e dos requerimentos anexos; 23/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 24/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.166/2019; 25/2019, na forma dos requerimentos anexos; 26 e 28/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 30/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.166/2019 e dos requerimentos anexos; 31/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.165/2019 e de emendas ao Projeto de Lei nº 1.166/2019 e dos requerimentos anexos; 32 e 33/2019, na forma do requerimento anexo; 37/2019, na forma do requerimento anexo; 45/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.165, 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 47 e 49/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.166/2019 e requerimentos anexos; 52/2019, na forma dos requerimentos anexos; 53/2019, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 57/2019, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 1.166/2019; 58/2019, na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.167/2019; 59/2019, na forma dos requerimentos anexos; 60/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 61/2019, na forma dos requerimentos anexos; 62/2019, na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.166 e 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; 63, 64 e 65/2019, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 1.167/2019 e dos requerimentos anexos; e 66 e 67/2019, na forma dos requerimentos anexos; e

dos Direitos da Mulher – aprovação, na 24ª Reunião Extraordinária, em 21/11/2019, do Requerimento nº 3.743/2019, da deputada Marília Campos (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O presidente – Requerimento Ordinário nº 363/2019, dos deputados Duarte Bechir, Antonio Carlos Arantes e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Centro de Integração Empresa-Escola pelos 40 anos de sua fundação. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, ontem nós tivemos um dia – eu diria – mais acalorado, um bom dia de Plenário e conseguimos aprovar o PL nº 1.205, um projeto muito importante que permitirá ao governo do Estado quitar o salário dos servidores públicos civis e militares, ou seja, de todo o funcionalismo público a partir do quinto dia útil do mês de dezembro. A partir do mês de dezembro, ele pagará no quinto dia útil e também pagará o 13º salário de todo o funcionalismo público até o dia 21 de dezembro, em parcela única. Isso, presidente, é fruto de um entendimento e obviamente de muita cobrança que nós temos feito aqui, não só eu, como outros colegas deputados. Ontem, presidente, para evitar um maior – eu diria – embaraço durante o processo de discussão, encaminhamento e votação, eu deixei de ocupar a tribuna. Mas, ontem, mesmo a gente agradecendo aqui ao deputado Ulysses Gomes e a outros colegas, nós percebemos que havia, sim, uma tentativa de obstrução, em que o deputado Ulysses Gomes ocupou a tribuna desta Casa para discutir a matéria e usou 1 hora do seu tempo regimental - o que é regimental - para discutir a matéria. E vários colegas deputados da bancada do PT também o apartearam e fizeram obstrução, tanto é, presidente, que o projeto que era para ser votado por volta de 10h30min, 11 horas, só foi votado, praticamente, 1 hora da tarde. Nós tivemos, sim, uma obstrução, mas eu queria deixar claro, aqui, e eu disse aos colegas deputados e deputadas aqui, da tribuna desta Casa, por várias vezes: “Olhem, esse projeto não é o projeto que deputado deve obstruir”. Então, por mais explicações, eu achei e falei: “Olhem, o deputado

Ulysses Gomes vai chegar à tribuna, vai colocar, mas vai gastar 15 minutos, 20 minutos”. E estava dentro, eu diria, do tolerável num processo de votação. Mas, não, utilizou 1 hora! Os colegas deputados da sua bancada, deputados da bancada do PT também o apartearam e acabaram ficando mais de 1 hora fazendo obstrução ao projeto. O que eles chamam de utilizar o Regimento, naquele momento, era utilizar o Regimento para obstrução ao projeto. Eu quero repetir, presidente, que fiz o compromisso, daquela tribuna, de que eu iria dizer o nome de qualquer deputado ou deputada que obstruísse essa matéria e iria falar para os servidores públicos, para todos os servidores públicos civis e militares: “Abram os olhos, fiquem atentos aos deputados que estão obstruindo o Projeto de Lei nº 1.205”. Por qual motivo? Esse é o projeto que permitirá ao governo, ao ser aprovado aqui, na Assembleia, realizar uma operação financeira e arrecadar algo em torno de R\$5.000.000.000,00. Com esse dinheiro, o governo do Estado tem condições de pagar, de retomar o pagamento no quinto dia útil, iniciado no governo do PT. Em janeiro de 2016, Pimentel impôs a todo o funcionalismo público um parcelamento que foi sendo pago em três parcelas por muito tempo. Depois, virou duas parcelas. Ou seja, terra arrasada. Pimentel deixou o Estado completamente arrasado, como dizem alguns colegas deputados. Foi igualzinho a uma praga de gafanhoto o PT no governo de Minas. Agora, a gente percebe o seguinte: parece que alguns colegas, não vou falar que são todos, mas alguns colegas deputados do PT não querem que esse projeto tenha uma tramitação célere, uma tramitação tranquila. O próprio deputado Ulysses Gomes quis marcar uma audiência pública. A audiência pública está marcada. Nós vamos convocar novamente os servidores. Parece-me que será terça-feira próxima, agora, numa audiência conjunta entre a Comissão de Minas e Energia e Administração Pública. Vamos convocar novamente os servidores para acompanhar. Agora, o que me causa uma enorme estranheza, deputado Antonio Carlos Arantes, é que nenhum trabalhador da educação, o Sind-UTE, o Sind-Saúde e outros sindicatos que estão ligados ao PT não têm comparecido a esta Casa para pressionar. Será que eles não querem o pagamento no quinto dia útil? Será que eles não querem o pagamento do 13º salário em parcela única? Então, a gente percebe claramente que os sindicatos de determinadas categorias de servidores que estão ligados ao PT não estão comparecendo à Assembleia. Por isso, presidente, faço um apelo a todos os servidores públicos civis e militares. Na terça-feira próxima, nós teremos uma audiência pública, e é bom que vocês observem, olhem e fiquem antenados para ver o comportamento de determinados deputados que querem obstruir. E, aí, o que vem a nossa memória, o que vem a nossa mente é aquela história: o quanto pior melhor. Mas o servidor, presidente, não pode pagar mais esse pato. O servidor não aguenta mais viver com parcelamento, porque as famílias estão completamente endividadas e estão desesperadas. Eu espero que o conjunto dos deputados desta Casa não crie mais embaraços e não crie qualquer obstáculo para procrastinar a votação do Projeto de Lei nº1.205, que é a solução para o governo pagar em dia, no quinto dia útil, e o 13º salário em dia. Muito obrigado, presidente. Aproveitando, peço à V. Exa. encerramento de plano, porque não há quórum para a continuidade dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/11/2019

Às 14h26min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola e o deputado Betão (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Irene Angélica Franco e Silva Leroy, delegada-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

(18/10/2019); Dagmá Brandão Silva, subsecretária de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Contagem (17/10/2019); Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (1º/11/2019); e do Sr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado (17/10/2019). A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.049/2018, no 1º turno (Andréia de Jesus), e 5.306/2018, no 2º turno (Celise Laviola). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Ulysses Gomes, e retira-se o deputado Betão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 689/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Celise Laviola) e 1.040/2019 (relatora: deputada Marília Campos); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.306/2018 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relatora: deputada Celise Laviola). Registra-se a presença do deputado André Quintão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 3.405/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.407/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para conceder à Polícia Civil de Minas Gerais e à Polícia Militar de Minas Gerais acesso ao banco de dados de medidas protetivas do TJMG;

nº 5.408/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para promover a integração das Varas de Violência Doméstica e Varas de Família para as questões pertinentes à guarda de filhos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

nº 5.409/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja garantido perfil adequado para as juízas e juízes titulares das Varas de Violência Doméstica e Familiar;

nº 5.410/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam articuladas, em âmbito governamental, políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento às violências contras as mulheres e ao feminicídio, que demandam atuação de diversas áreas, como segurança pública, saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico;

nº 5.411/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para implementar ações específicas e efetivas, tanto preventivas quanto repressivas, no enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública;

nº 5.412/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de informações sobre qual será o orçamento destinado à implementação de ações preventivas para o enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública;

nº 5.413/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que os registros de feminicídio sejam considerados entre os indicadores de criminalidade violenta em Minas Gerais;

nº 5.414/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja garantida estrutura adequada nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – para a efetiva investigação dos feminicídios tentados, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 8.004, de 2018, da PCMG, e em consonância com o previsto na Lei Federal nº 11.340, de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha;

nº 5.415/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para nomear delegadas, escritãs e investigadoras para as delegacias de mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de acordo com o previsto na Lei nº 13.505, de 2017, que prevê que mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem ser atendidas, preferencialmente, por policiais e peritos do sexo feminino;

nº 5.416/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para ampliar a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD;

nº 5.417/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam fortalecidas e ampliadas as políticas de amparo às mulheres em situação de violência que atendam a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o interior do Estado;

nº 5.418/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atual situação do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado e qual a previsão de destinação de recursos para sua manutenção;

nº 5.419/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para dar continuidade e ampliar as ações de prevenção às violências contras as mulheres, especialmente ao feminicídio, a exemplo do concurso de redação realizado em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

nº 5.420/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que realize suplementação orçamentária em favor da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – possibilitando à instituição nomear defensores públicos, considerando-se que, das 296 comarcas do Estado, 185 ainda não contam com defensores públicos;

nº 5.421/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para priorizar a nomeação de defensoras públicas para os Núcleos de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência – Nudems – e de defensores públicos para o atendimento aos agressores, a fim de conferir celeridades aos processos;

nº 5.505/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e do deputado André Quintão, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte, pelo projeto Programando Sonho Delas, voltado para a formação de mulheres em situação de vulnerabilidade social em programação de informática, finalista de um prêmio internacional na categoria Cidades Inclusivas e Compartilhadoras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2019.

Marília Campos, presidenta.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/11/2019**

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Ten. Cel. PM Walter Anselmo Simões Rocha, comandante do 35º Batalhão da Polícia Militar, reiterando o convite para a reunião do dia 27/9/2019, que discutiu o planejamento das providências a serem tomadas para reintegração de posse no Bairro Bonança, em Santa Luzia, conforme mandado judicial emitido pela 3ª Vara Cível da comarca do município; e do Sr. Richard Alcântara de Melo, apresentando denúncia de abuso de autoridade e de agressões cometidos por agentes públicos contra a sua pessoa. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Bruno Oliveira Alencar, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – (28/9/2019), Márcio Ayala Pereira Filho, promotor de justiça de Santa Bárbara (17/10/2019), Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo – Segov – (11 e 17/10/2019), Heraldo Noronha Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Itabira (17/10/2019), Elizabeth Carneiro, chefe de assessoria parlamentar do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (1º/11/2019), e Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (10/10/2019). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 do Projeto de Lei nº 3.601/2016 (relatora: deputada Leninha). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.282/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.256/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados André Quintão e Betão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a suspensão da eficácia da Licença de Operação nº 00309/1996/212/2015, concedida à Companhia Brasileira de Alumínio para empreendimento de lavra a céu aberto de minerais metálicos, exceto minério de ferro, tendo em consideração as denúncias, apresentadas na audiência pública da comissão realizada na data de 23/10/2019, de diversas violações de direitos da população do entorno, incluindo o descumprimento de condicionantes;

nº 5.288/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para estabelecimento de negociação coletiva com os servidores administrativos da área de segurança pública, garantindo-se a representação desses profissionais na Mesa de Negociação dos Servidores Públicos da área de segurança pública;

nº 5.289/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o descumprimento da legislação no que diz respeito ao atendimento à saúde das pessoas em privação de liberdade;

nº 5.389/2019, das deputadas Ana Paula Siqueira e Laura Serrano e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater, sob a ótica dos direitos humanos, o déficit

de vagas do sistema socioeducativo, as condições das estruturas físicas e de atendimento nas unidades de internação, bem como a oferta de cursos e atividades de qualificação para os internos;

nº 5.503/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha e do deputado Betão, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio aos irmãos Adrierre Siqueira da Silva e Natan Siqueira da Silva pelas manifestações racistas proferidas contra um segurança do Mineirão no dia 10/11/2019, durante o jogo Atlético e Cruzeiro, pela 32ª rodada do Campeonato Brasileiro;

nº 5.592/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Distrito de Tangará, no Município de Mário Campos, para verificar os impactos ambientais provocados pelas mineradoras Itaminas, Mineral do Brasil e Vale do Rio Doce;

nº 5.603/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possibilidades de justiça e reparação para as famílias que sejam vítimas de violência do Estado;

nº 5.604/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a promoção da igualdade racial, tendo em conta os 10 anos do prêmio Zumbi de Cultura, bem como a luta antirracista em Minas Gerais;

nº 5.605/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de despejos forçados em ocupações urbanas na cidade de Betim;

nº 5.606/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação do Fórum Permanente de Formação e Fortalecimento Marielle Franco;

nº 5.607/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais, ambientais e econômicos nos municípios que integram a Bacia do Rio Paraopeba, bem como as violações de direitos humanos das comunidades atingidas, decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 5.610/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ribeirão das Neves para debater as possíveis violações de direitos humanos em consequência de cumprimento de ordem de reintegração de posse na comunidade Tomás Balduino, em Ribeirão das Neves;

nº 5.625/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha e do deputado Betão, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao deputado Coronel Tadeu pela atitude de destruir quadro sobre genocídio da população negra durante a abertura da exposição (Re)existir no Brasil: Trajetórias Negras Brasileiras, realizada na Câmara dos Deputados, para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra;

nº 5.626/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para dar publicidade aos estudos sobre contaminação das Bacias Hidrográficas do Rio Doce e Rio Paraopeba, bem como a outras denúncias de grandes empreendimentos, em interface com o direito humano à água, ao meio ambiente sadio e à vida;

nº 5.628/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ala de pessoas LGBT da Penitenciária Professor Jason Albergaria, bem como a assessoria jurídica às pessoas trans em situação de privação de liberdade;

nº 5.629/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a transferência das agentes penitenciárias da Penitenciária Jason Albergaria, em São Joaquim de Bicas, para o Presídio de Vespasiano, conforme denúncia apresentada no dia da visita da comissão à referida penitenciária;

nº 5.632/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja incluída, em caráter de urgência, a situação das comunidades Monte Sinai e Jardim Vitoria, no Município de Betim, na Mesa Estadual de Diálogo e Negociação

Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, haja vista serem objeto de ações judiciais de reintegração de posse, inclusive já com concessões de decisão em caráter liminar.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Penitenciária Professor Jason Albergaria, localizada no Município de São Joaquim de Bicas, realizada em 18/9/2019, que segue publicado após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidos os cidadãos Leandro de Souza Ribeiro, representante da ocupação Vitória, em Betim, Eliane, representante da comunidade MonteSinai, e Gracilene Fernandes Santos, representante de ocupação em Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Penitenciária Professor Jason Albergaria, em São Joaquim de Bicas

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 3.375/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 18/9/2019, a Penitenciária Professor Jason Albergaria, localizada na zona rural do Município de São Joaquim de Bicas, às margens do Rio Paraopeba.

Participou da visita a deputada Andréia de Jesus, acompanhada de Ricardo Ernesto, diretor-geral da penitenciária; Flávio Resende, diretor administrativo da penitenciária; Tatiane Lídia Costa, diretora de Atendimento e Ressocialização da penitenciária; Louise Bernardes de Queiroz Peixoto França, superintendente de Humanização de Atendimento ao Preso do Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público; Gustavo Henrique Pereira Ribeiro e Julhia Santos, assessores da Gabinetona.

Relato

Cabe-nos esclarecer que, com a finalidade de conhecer toda a estrutura da penitenciária e obter uma percepção mais ampla da situação do estabelecimento, a visita teve sequência da seguinte maneira: primeiro, houve uma conversa com os diretores da unidade prisional (diretor-geral, diretor administrativo e diretora de Atendimento e Ressocialização da penitenciária), que expuseram a situação atual do presídio e responderam a questionamentos da deputada e de seus assessores. Depois, a equipe se dividiu em três grupos. O primeiro, composto pela parlamentar e pelo defensor público, se dirigiu ao Pavilhão 1 da unidade para conversar com as pessoas custodiadas. O segundo grupo conversou com os agentes prisionais em serviço, e o terceiro grupo foi ao pavilhão onde estão localizados os serviços de saúde e assistência da unidade. O segundo e o terceiro grupo desenvolveram rodas de conversa com os servidores para que pudessem expor a dinâmica da unidade e suas reivindicações.

Assim, este relatório se divide da seguinte forma: a 1ª parte apresenta um relato da conversa inicial com os diretores; a 2ª parte, um relato produzido com base nas observações do primeiro grupo, do qual a deputada fazia parte; e a 3ª parte foi produzida a partir de observações dos outros grupos, com base nas informações disponibilizadas pela assessoria da parlamentar.

1ª parte – Reunião com os diretores

A deputada Andréia de Jesus e demais visitantes foram recepcionados por Ricardo Ernesto, diretor-geral da Penitenciária Professor Jason Albergaria. A parlamentar esclareceu que a visita objetivava conhecer as instalações da penitenciária e averiguar

denúncias de violações de direitos dos sentenciados, especialmente dos homossexuais, transexuais e travestis, uma vez que esse estabelecimento penal tornou-se referência no Estado para esse segmento.

Inicialmente, Ricardo Ernesto anunciou que, por ordem do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, não permitiria qualquer registro fotográfico ou filmagem por parte da ALMG da unidade prisional. A deputada, ciente que é assegurado a comissão da Assembleia¹ o direito ao registro em áudio e vídeo das visitas às unidades prisionais para a elaboração de relatórios, e vendo frustradas as negociações no local para que a equipe fosse liberada, buscou contato com a Secretaria de Estado, por meio da assessora adjunta de comunicação da Secretaria. A assessora, por telefone, reiterou a ordem do secretário de Estado, facultando à deputada solicitar ao diretor-geral que fossem feitos registros com a câmera da própria unidade, os quais seriam submetidos à assessoria de comunicação para futura liberação.

Ricardo Ernesto esclareceu aos presentes que está na direção da penitenciária há pouco mais de um mês e que está fazendo as adequações possíveis para melhorar a estrutura e o atendimento aos presos. Contou que em julho de 2019, quando ocorreu uma série de alterações na gestão de unidades prisionais no Estado, a ala LGBT existente na unidade penitenciária de Vespasiano foi fechada, passando a Penitenciária Professor Jason Albergaria a ser a única dotada de uma ala específica para essa população em todo o Estado. Ressaltou que a capacidade da penitenciária é de 396 presos e que no dia da visita estava abrigando 808, mas já chegou a abrigar quase 900. Desses, 151 são presos provisórios, 503 condenados em regime fechado, 147 condenados em regime semiaberto, 5 condenados em regime aberto e 2 cumprindo medida de segurança. Ressaltou que a situação no Pavilhão 1, que abriga os presos LGBTs, é ainda pior, pois tem capacidade para 112 internos e acomoda atualmente 292. Além disso, como a penitenciária se tornou referência para essa população, há pressão constante para que mais presos sejam transferidos. “Se é homossexual, agora tem que ir para a Jason. Mas onde vou colocar?”, questionou o diretor.

Informou sobre o racionamento de água que está ocorrendo no Município de São Joaquim de Bicas, por falta de chuva, pelo baixo nível do Rio Manso, um dos que abastecem a cidade, e também como consequência do rompimento da barragem de rejeitos minerais da Vale no Município de Brumadinho, que impediu o município de captar água no Rio Paraopeba. Frisou que, apesar desse racionamento, não está faltando água no presídio. Para que todos tenham acesso, fizeram escala de liberação de água a cada duas horas para cada um dos quatro pavilhões; além disso, foram providenciadas quatro caixas d’água grandes, uma para cada pavilhão, e estão aguardando somente a chegada de um engenheiro para a instalação.

Destacou que, no início de sua gestão, havia grandes filas nos dias de visitação, porque a entrega dos *kits* de higiene acontecia concomitantemente às visitas. Para resolver essa situação, adotou escala para a entrega dos *kits* pelos familiares durante a semana. Explicou que não recebe nenhuma colaboração do Município de São Joaquim de Bicas na área da saúde nem para a realização de projetos. Constatou, no início de sua gestão, que não estava sendo realizado atendimento de saúde por falta de grupamento de agentes escalado para o deslocamento dos internos para o posto de saúde da unidade e por falta de médico. A equipe de saúde, atualmente, é composta por enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentista e auxiliares de dentista, e há duas ambulâncias de apoio. Providenciou a equipe de agentes e, com a contribuição de médicos cedidos pela Prefeitura de Igarapé e pelo Ceresp de Betim, já realizaram 829 atendimentos neste início de gestão e verificaram alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis – DSTs – e de doenças infecciosas em geral, bem como ausência de tratamento adequado. Explicou que a Prefeitura de Betim ofertou 1.200 *kits* de testes rápidos para DSTs e cedeu médicos e enfermeiros capacitados para a aplicação de 70 testes, e nessa testagem, foram diagnosticados 10 casos de presos com sífilis, 5 com HIV e 1 com hepatite C. Admitiu que o número pode ser maior, mas ainda não há profissional habilitado na unidade para realizar os testes.

Relatou também infestação de ratos na unidade, fato que já foi alvo de notificação para a Secretaria Municipal de Saúde, que não mostrou empenho para resolução da questão, e para o Ministério Público, além de solicitação de ajuda aos Municípios de Betim e Igarapé, ainda sem resposta. Ao ser questionado pela deputada Andréia de Jesus sobre o motivo dessa infestação, o diretor

informou que não há coleta de lixo com caminhão na região, razão pela qual o lixo fica acumulado em caçambas, que são retiradas a cada dez dias. Atualmente, o custo dessas caçambas está sob a responsabilidade do Conselho da Comunidade.

Informou sobre parcerias para os novos projetos de oferta de trabalho e de capacitação profissional que estão em andamento, como: doação de mudas pela Prefeitura de Betim para que os presos plantem horta, fabricação de piteiras de cigarro, de amplificação de som automotivo para exportação, de blocos, oficina para confecção de bolsa de crochê, e há ainda negociação com uma fábrica para que os presos confeccionem seus próprios uniformes.

Informou que a unidade conta com 7 a 8 professores da Secretaria de Estado de Educação para ministrar aulas e que em cada pavilhão há pedagoga para auxiliar na remissão da pena por meio da leitura e resumos de livros.

Gustavo Ribeiro, assessor da Gabinete, criticou a falta de efetivo, o excesso de presos e o precário atendimento de saúde. E informou que o gabinete da deputada Andréia de Jesus vai notificar a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – sobre o cerceamento à prerrogativa da comissão da Assembleia Legislativa de fazer registro, em áudio e em vídeo, da visita para elaboração do relatório.

Tatiane Lídia Costa, diretora de Atendimento e Ressocialização da penitenciária, declarou que a direção preza pela ressocialização e que por isso busca parcerias para a realização de projetos. Contou que a unidade possui um laboratório de informática desativado e que já estão providenciando sua reativação. Destacou que duas enfermeiras estão em fase final de qualificação para a aplicação dos testes rápidos de DSTs e que conseguiu um parceiro em Betim para auxiliar no treinamento. Respondendo a Gustavo Ribeiro, informou que a maioria das medicações da unidade são de responsabilidade do Estado, mas as de DSTs são de responsabilidade da prefeitura; porém, como não conseguem apoio do Município de São Joaquim de Bicas, estão buscando parceria com Betim. Respondendo à deputada Andréia de Jesus, disse que já fizeram o pedido das vacinas, mas que ainda não as receberam. Explicou que efetuam os pedidos de medicação trimestralmente e que quando o preso chega transferido de outra unidade, ele, geralmente, vem com medicação e prescrição médica. Quando chega sem medicação, a direção recorre à Pastoral Carcerária, ao Conselho da Comunidade, à família do preso ou, em último caso, recolhem dinheiro entre os servidores para efetuar a compra.

Respondendo a questionamento de Gustavo Ribeiro, Tatiane Costa informou que as vagas de trabalho para o regime semiaberto estão sendo vinculadas à população LGBT. Ressaltou que alguns detentos participaram de oficina de origami no Museu Mineiro, no Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, em que contaram a tragédia da lama de minério em Brumadinho por meio dos origamis. Relatou que a penitenciária vem enfrentando problemas em relação ao termo de autodeclaração de orientação sexual e de identidade de gênero. De acordo com ela, muitos detentos se autodeclaram somente para serem transferidos, mas na verdade não são LGBTs, ocupando as vagas que seriam destinadas a esse público e misturando os presos, inclusive com homens homofóbicos e transfóbicos, que depois querem voltar atrás no termo de autodeclaração.

2ª parte – Percurso feito pela deputada no Pavilhão 1

Após a conversa inicial na sala do diretor-geral, a deputada Andréia de Jesus percorreu o Pavilhão 1, que abriga os presos LGBTs. Essa ala é composta de um pavilhão principal, onde estão as celas, divididas em dois andares, com salas de aula e o pátio, e um pequeno galpão onde os custodiados desenvolvem algumas atividades de ressocialização. Para entrar no pavilhão, primeiro abre-se uma porta externa, que dá acesso a um corredor, que se comunica com a sala de apoio dos agentes prisionais, muito pouco iluminada, abafada, com mofo e fios expostos. Em frente, uma outra porta se abre, dando acesso ao piso inferior do prédio, onde se localiza a metade das celas, o pátio (uma pequena quadra gradeada com iluminação solar) e duas salas de aula. No segundo andar está localizada a outra metade das celas e mais duas salas. Nas celas há fios expostos, em sua maioria há uma única lâmpada, há algumas camas em alvenaria, que se misturam a muitos outros panos, colchões e vaso sanitário. No fundo, há uma pequena abertura com grade para entrada de ar.

A parlamentar conversou com transexuais que no momento faziam crochê e contaram que estão aprendendo a fazer bolsas e que já há encomendas para o Natal. A parlamentar explicou que objetivava averiguar denúncias de violações dos direitos dos sentenciados, por isso gostaria de ouvir relatos sobre as necessidades dos internos e os problemas existentes na unidade. Algumas relataram que a comida está muito ruim e que não há cama para todos. Houve relatos de que muitos agentes são homofóbicos, mas que esse número reduziu após o início da nova gestão. Perceberam também melhoria no atendimento, como o empenho na realização de projetos de trabalho.

Na sequência, a deputada conversou com presos de cada uma das celas do Pavilhão 1, a fim de conhecer a realidade, e ouviu, como queixas recorrentes: escassez de água, tanto para higiene pessoal quanto para hidratação, falta de cama para todos, falta de material de higiene pessoal e de acesso a medicamentos, tanto os mais comuns, para dor de cabeça, por exemplo, como medicamentos para as DSTs. Além disso, a péssima qualidade da comida, que algumas vezes chega até azeda, foi objeto de protesto em todas as celas e corroborado pelo diretor-geral, que foi enfático ao afirmar que “a qualidade da comida é horrível, é a pior de todas as unidades por onde passei”. Além desses relatos gerais, houve exposições de questões individuais, conforme detalhado a seguir.

– Cella 1: um dos presos estava com sífilis e não estava recebendo medicação.

– Cella 2: um dos presos relatou que voltou atrás no termo de autodeclaração de orientação sexual e fez solicitação para ser removido, mas não consegue ser transferido. Outro relatou que não consegue sair para trabalhar e estudar, mesmo sem ter registro de faltas que o desabonem.

– Cella 3: dois presos relataram que a alimentação é insuficiente e ruim e, por isso, muitas vezes, comem pasta de dente. Um detento expôs que foi obrigado a assinar o termo de autodeclaração de orientação sexual para ser transferido para a penitenciária e que agora quer sair e não consegue.

– Cella 4: um dos presos relatou falta de colher para comer; outro, que é soropositivo e que está sem medicamento; um terceiro disse que está com benefício vencido. Todos denunciaram que os trabalhos privilegiam pessoas transexuais ou travestis e que para os *gays* não oferecem nenhuma opção. Reclamaram de negligência com os presos do “seguro” (local destinado aos presos que estão sob ameaça ou foram agredidos por outros presos).

– Cella 5: reclamações relacionadas ao termo de autodeclaração de orientação sexual, tendo em vista que muitos homens se autodeclaram, falsamente, LGBTs. Reconheceram que houve melhoria de atendimento com a nova gestão, mas ainda há necessidade de muitas mudanças.

– Cella 6: relato de preso soropositivo que não faz uso de medicação há um ano e que seu companheiro, que está com início de pneumonia, também não. Denúncia de que não há realização de exame de corpo de delito quando ocorre agressão de presos por agentes, só quando há agressões entre presos.

– Cella 7: um preso relatou que está há mais de um mês com diarreia e não consegue atendimento médico. Informou que já fez coleta de exame, mas não foram buscar o material para encaminhá-lo para o laboratório. Outro denunciou que teve o tratamento de sífilis interrompido, e um terceiro disse que está com suspeita de tuberculose, sem isolamento nem investigação. Queixaram-se de que querem trabalhar, que já possuem carta de emprego, mas não conseguem liberação para sair. E que não há escola para todos os detentos do pavilhão.

– Cella 8: os presos relataram que fizeram os testes rápidos e que há soropositivos nas celas, mas que os medicamentos não são oferecidos com a regularidade adequada.

– Cella 9: um preso soropositivo relatou que está sem medicação desde que foi transferido, há 5 meses, e sem acompanhamento médico. Houve denúncia de que um preso com deficiência física, cuja mãe enviou medicação, não a recebeu. Outros relataram agressões físicas e verbais pelos agentes, que são em sua maioria do sexo masculino e homofóbicos. Queixaram-se de que as revistas são realizadas, em sua maioria, por agentes masculinos e que nas revistas realizadas nos fóruns, elas têm que ficar

nuas junto com outros presos homens. Relataram que há negligência no atendimento e que, muitas vezes, os presos colocam fogo nos colchões para chamar a atenção e conseguir algum atendimento.

– Cela 10: os presos relataram falta de acesso a medicamentos, cobertores, copos e chinelos.

– Cela 11: relato de que em um domingo do corrente mês, setembro, em uma visita, um agente apertou o *spray* de pimenta, sem motivo, perto de crianças, e ao ser questionado pelos presos, ele apenas disse: “denuncia”. Relatos de que o Grupo de Intervenção Rápida – GIR – está agindo sem necessidade e que quando um preso comete alguma infração, todo o pavilhão é penalizado com a retirada do banho de sol, fazendo com que fiquem até 15 dias seguidos sem banho de sol.

– Cela 12: relato de uso de *spray* de pimenta em dia de visita e de agressão física e maus-tratos por parte dos agentes. Reclamaram da conduta dos agentes, mas já perceberam algumas melhorias com a nova direção.

– Cela 13: reclamaram de ausência de banho de sol.

– Cela 14: relato de uma detenta, Yasmim, que disse ter sido espancada pelo agente Cleiton na sala de segurança, o que a deixou com várias lesões, inclusive com corte no supercílio. Ela solicitou atendimento e a levaram para o Instituto Médico Legal, mas não deixaram que fizesse o registro de ocorrência policial. Denunciou que foi penalizada com falta grave e que tem sido constantemente ameaçada após o episódio.

– Cela 15: relato de soropositivo que entrou recentemente na penitenciária e ainda não conseguiu medicamento.

– Cela 16: denúncias de abusos de autoridade do GIR e homofobia por parte dos agentes. Denúncia de preso provisório que já tem alvará de soltura, mas que não consegue liberação.

– Cela 17: relato de interno com uso de medicação controlada que não está sendo fornecida pela unidade.

– Cela 18: denúncias de ação inadequada do GIR, como uso rotineiro e desnecessário de *spray* de pimenta e aplicação de penalidades sem motivo, como a retirada do banho de sol.

– Cela 19: relatos de que a escala de liberação de água não está sendo cumprida pelos agentes. Denunciaram abusos de autoridade do GIR e a punição de todo o pavilhão, com a retirada do banho de sol, quando um preso comete uma infração. Queixaram-se de que a unidade não distribui preservativos e, quando distribui, é em número insuficiente. Relato de soropositivo sem medicação. Denunciaram que o inspetor Machado jogou *spray* de pimenta à noite em todas as celas porque os presos pediram água. No entanto, disseram perceber tentativas de mudanças da nova gestão.

O diretor-geral disse que 20 agentes penitenciárias femininas serão transferidas para o Presídio de Vespasiano. Ressaltou que atualmente há 40 agentes femininas – algumas estão de licença médica –, que se dividem nos setores, e que esse número já é insuficiente para o atendimento das pessoas transexuais e travestis.

A deputada Andréia de Jesus ouviu a queixa de transferência de algumas agentes presentes no momento da visita, que também reclamaram que essa transferência causaria transtornos, já que todas moram em São Joaquim de Bicas e passariam a ter que realizar esse trajeto diariamente, afetando a qualidade de vida e o convívio familiar, especialmente das que têm filhos pequenos.

Louise França, superintende de Humanização de Atendimento ao Preso, informou que a empresa Vale S.A. se comprometeu a construir duas unidades prisionais. Explicou que a unidade de Itabira será desativada por estar na rota em caso de rompimento da barragem de rejeitos situada no município.

Ao final, a deputada Andréia de Jesus informou ao diretor-geral que percebeu empenho por parte da nova administração para melhoria da situação dos internos, mas que considerou grave a situação da penitenciária, principalmente com relação à escassez de água, à falta de assistência médica adequada e à precária higiene do local. Além disso, criticou o fato de a equipe de imagem da ALMG ter sido impedida de entrar na penitenciária pela Assessoria de Comunicação Social da Sejusp.

3ª parte – Observações relatadas pelos outros dois grupos

Verificou-se que no Pavilhão 1, Ala LGBT, das 292 pessoas custodiadas, 74 se autodeclararam transexuais femininas (travestis/mulheres trans). Como já explicitado anteriormente, vários dos homens heterossexuais relataram que foram obrigados, pelos diretores das unidades prisionais em que estavam, a assinar o termo de autodeclaração, ensejando sua transferência à ala LGBT. Porém, foi acrescentado que, segundo esses custodiados, tal medida estaria sendo tomada pelas gestões penitenciárias com o intuito de combater a superlotação das celas de seguro nas unidades. Todos os custodiados ouvidos e que assinaram o termo de maneira forçada ou equivocada manifestaram interesse em ser transferidos de volta às unidades de convívio heterossexual, tendo em vista que sua permanência na ala LGBT tem impacto negativo sobre a sua possibilidade de recebimento de visitas íntimas.

O pavilhão que disponibiliza os serviços de saúde e assistência social aos custodiados é composto por três pequenas salas, uma para o atendimento psicológico, outra para consultas gerais, e a última para atendimento dentário. Ao fundo há uma cela na qual os custodiados aguardam por atendimento.

Com relação ao acesso à saúde, a mera observação das pessoas custodiadas permitiu dimensionar a precariedade das condições a que estão submetidas. Em várias, pôde-se observar machucados na pele sem diagnóstico determinado, possivelmente causadas pelo convívio com as pragas e infestações que assolam o local ou pela infecção em estágio avançado pela sífilis, epidêmica no local. Observou-se também que a arcada dentária de vários dos custodiados estava comprometida, com problemas de todos os tipos, como dentes quebrados, ausência de dentes, canais abertos e precária higiene bucal. Além disso, percebeu-se que várias das pessoas autodeclaradas transexuais femininas (travestis/mulheres trans) não apresentavam as modificações corporais socialmente esperadas (incremento de seios, nádegas, feminização facial) e muitas delas denunciaram não ter acesso ao tratamento hormonal, o que vai de encontro ao disposto no parágrafo único do art. 7º da Resolução Conjunta nº 1, de 2014, dos Conselhos Nacionais de Política Criminal e Penitenciária e de Combate à Discriminação – CNDC/LGBT.

Vários custodiados relataram receber frequentemente medicamentos psiquiátricos sem prescrição médica e de forma descontínua. Percebe-se, por relatos da equipe técnica e dos custodiados, que algumas vezes surtos psiquiátricos são confundidos pela equipe de segurança com insubordinação ou balbúrdia, acarretando aplicação de castigos e sanções disciplinares desnecessárias.

Em relação aos atendimentos de saúde realizados fora da unidade, apesar da existência de duas ambulâncias de apoio, segundo a equipe, muitos dos atendimentos agendados não são realizados pela ausência de efetivo de agentes para efetuar os deslocamentos.

Algumas das pessoas transexuais ouvidas denunciaram que os agentes penitenciários as chamam pelo nome de registro, em contrariedade ao disposto no art. 2º da Resolução Conjunta nº 1, de 2014, CNDC/LGBT, e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Relataram que os demais funcionários da unidade costumam respeitar o nome social, exceto quando na presença de agentes penitenciários. Além disso, grande parte dos custodiados denunciaram que são tratados cotidianamente com palavras depreciativas como “desgraça”, “viado nojento”, entre outras.

Relatos dos custodiados apontam que, em razão da insuficiência de agentes prisionais, o GIR tem sido responsável pela realização de algumas movimentações internas, especialmente para o banho de sol dos custodiados. E, de acordo com eles, as interações entre o GIR e os custodiados são sempre marcadas por violência, xingamentos e palavras de baixo calão e que meros tropeços durante as movimentações são motivos para agressões físicas, como chutes, surras com cassetetes e jatos de *spray* de pimenta. Denunciaram ainda que eventuais infrações cometidas por custodiados durante as movimentações sob responsabilidade do GIR resultam em castigos coletivos, como em uma ocasião em que todo o pavilhão teve seu direito ao banho de sol suspenso por 15 dias consecutivos em razão do cometimento de infração por um custodiado.

Em relação ao acesso à justiça, os custodiados relataram ter dificuldades de obter informações sobre sua situação judicial (condenação, indultos) e de execução penal (computação de faltas, remissão de pena, progressão de regime). O diretor-geral destacou

que a unidade possui atendimento jurídico, mas que, atualmente, o quadro está defasado, contando apenas com um analista técnico jurídico.

Com relação aos processos administrativos disciplinares, Ricardo Ernesto informou que, quando chegou à unidade, havia aproximadamente 120 processos administrativos parados e que, desde então, mais de duzentos tiveram julgamentos concluídos. Informou, entretanto, que não há estudos detalhados sobre a quantidade exata de processos julgados nem de quantos tiveram sentenças condenatórias ou absolutórias. Destacou que os assistentes técnicos judiciários não são competentes para o manejo de recursos contra decisões do Conselho Disciplinar e, na ausência de atuação da Defensoria Pública nesse tipo de processo, apenas os custodiados com advogados constituídos podem se opor às decisões.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Penitenciária Professor Jason Albergaria, bem como da condição dos presos LGBTs.

Em decorrência da visita, a deputada apresentou requerimentos: um para realizar audiência pública para debater a transferência das agentes penitenciárias da Penitenciária Professor Jason Albergaria, em São Joaquim de Bicas, para o Presídio de Vespasiano, conforme denúncia apresentada durante a visita; e outro para realizar audiência pública para debater sobre as denúncias verificadas nesta visita, bem como a assessoria jurídica às pessoas trans em situação de privação de liberdade.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2019.

Andréia de Jesus, relatora.

¹ Lei nº 13.955, de 2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários: “Art. 4º-A – É assegurado a comissão da Assembleia Legislativa do Estado o direito ao registro fotográfico, em áudio e em vídeo, das visitas às unidades prisionais do Estado, para elaboração de seus relatórios e pedidos de providências às autoridades públicas. Parágrafo único – Por medida de segurança, é vedada a divulgação de imagens de plano completo do estabelecimento prisional, bem como das que possam ferir o direito de imagem garantido na Lei Federal nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal.”.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/11/2019

Às 19h15min, comparecem na Câmara Municipal de Mário Campos a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as consequências, nesse município, do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, localizada em Brumadinho. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andresa Aparecida Rocha Rodrigues e Valdirene da Silva Gonçalves, vereadoras da Câmara Municipal de Mário Campos; e Simoni Damasceno de Oliveira, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Mário Campos e Sarzedo; e os Srs. Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello, promotor coordenador-geral de Meio Ambiente da Promotoria de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, representando o procurador-geral; Antônio Lopes de Carvalho Filho, defensor público coordenador do Núcleo de Vulneráveis em Situação de Crise da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, representando o defensor público-geral do Estado; João Ricardo Albanez, subsecretário de Política e Economia Agropecuária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Gilberto Gouveia, gerente do Distrito Regional Ibirité da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, representando o diretor-presidente; Nery Alves Ribeiro, representante dos Produtores Rurais da Região de Tangará e da Comissão dos Impactos Ambientais de Mário Campos; e Thalles Bernard Campos, vereador da Câmara Municipal de Mário Campos.

A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2019.

Leninha, presidenta.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/11/2019

Às 14h26min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Osvaldo Lopes (substituindo o deputado Coronel Henrique, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.644/2019, dos deputados João Leite, Osvaldo Lopes e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Superintendência de Infraestrutura Ferroviária da Secretaria de Estado Infraestrutura e Mobilidade o Ofício nº 114886/2019/UFBEL da Unidade Ferroviária do Dnit, em Belo Horizonte;

nº 5.645/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade o Ofício PRES.023/2019, do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais;

nº 5.646/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade a correspondência, recebida pela comissão, do Museu do Café-Acervo Ferroviário Machadense, datada de 20 de novembro de 2019;

nº 5.648/2019, dos deputados Osvaldo Lopes, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado aos deputados estaduais e aos representantes das ONGs parceiras na discussão das questões ferroviárias do Estado o Ofício Seinfra/GAB nº 364/2019, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade;

nº 5.649/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Agência de Desenvolvimento da Rede Metropolitana de Belo Horizonte, ao escritório brasileiro da empresa Deutsche Bahn, à Prefeitura de Santa Luzia e à Presidência da Câmara Municipal de Santa Luzia a Carta nº 127/2019 Gearc-Gacoc da Ferrovia Centro-Atlântica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2019.

João Leite, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 25 de novembro de 2019, destinada a comemorar o aniversário da independência do Líbano e a imigração libanesa em Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 22 de novembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a elevação do índice de violência contra as mulheres no Estado, em consonância com a celebração do Dia Latino-Americano e Caribenho contra a Violência à Mulher, que acontece desde 1981, no dia 25 de novembro.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Mauro Tramonte, Professor Wendel Mesquita e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2019.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Nilma Lino Gomes, pedagoga, pela importância do seu trabalho em pesquisas nas áreas de educação e diversidade étnico-racial, bem como pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/11/2019**

O deputado Bartô* – João Vítor, fique à vontade para continuar o seu pronunciamento. Concedo aparte ao deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Bartô. Quero continuar na linha de raciocínio que eu vinha desenvolvendo, presidente Tadeuzinho.

Eu tenho certeza, deputado Bartô, que há muita gente do Partido Novo, neste momento, que está de luto como o senhor, que está triste como o senhor. Eu me assusto muito, as pessoas pregam uma coisa na campanha e constroem outra coisa no governo. A gente não pode fazer campanha simplesmente divulgando uma ideia, a gente tem que fazer campanha defendendo aquilo que colocaremos em prática quando nos tornarmos governo, e este governo pregou uma coisa na campanha e faz outra agora.

Essa adaptação ideológica é o que está levando o cidadão a ter uma absoluta incompreensão do que é discutido na vida pública. As pessoas se enojam com isso, as pessoas se distanciam da política com isso. Por quê? Porque as ideias não são claras, porque aquilo que se defende numa campanha é diferente daquilo que se faz no governo. Admiro quem tem coerência.

Eu estava conversando, agora há pouco, com o Coronel Sandro, que é o homem que se qualifica como liberal, do ponto de vista da economia. Como a pessoa se considera liberal do ponto de vista da economia e defende a manutenção de imposto, defende a sobrecarga tributária em cima das pessoas? Nós estamos num momento em que o Brasil está discutindo a contramão disso. O governo Bolsonaro teve a coragem, junto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, junto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre – e tem que ser destacada a coragem desses 3 homens públicos –, de colocar, na pauta do Brasil, a rediscussão da nossa matriz tributária, deputado Bruno Engler. O governo federal está discutindo isto, o Congresso Nacional está discutindo isto: a unificação de impostos; a criação, por exemplo, do IVA, que seria um imposto único; o fim da guerra tributária; a criação do modelo que seja mais igualitário para todos os estados.

E aqui nós estamos na contramão disso. Nós estamos votando que Minas Gerais se prejudique mais uma vez na guerra fiscal. E, da mesma maneira que o governo quer utilizar o funcionalismo público para justificar as suas pautas, agora estão querendo usar o pobre de Minas para isso, usar o discurso do Fundo de Erradicação da Miséria, que é uma mentira, mentira, porque não foi colocado R\$1,00 desse imposto para o Fundo de Erradicação da Miséria.

Eu me lembro da luta do deputado André Quintão, que foi quem defendeu a criação desse fundo, ainda no governo Antonio Anastasia. Eu tive a oportunidade de relatar esse projeto à época, e celebramos a possibilidade de se criar um fundo, dentro da nossa

matriz tributária, para arrecadar. Era a única justificativa possível naquele momento para uma coisa como essa: defender o mais pobre, ajudar o mais pobre, mas isso não aconteceu na prática. O que acontece na prática é o prejuízo ao mais pobre, porque ele é o que mais sente no bolso o impacto tributário. Quem ganha menos é quem sente no bolso, de maneira mais cruel e mais perversa, esses 2%. Então estão usando o pobre e a pobreza para justificar mais um tributo, mais um imposto, porque para o pobre isso não vai.

O deputado Bartô* – Em consideração ao seu aparte, quando o deputado João Vítor comenta sobre isso, é muito importante entender que aquele que é pobre, aquele que não tem muito dinheiro gasta praticamente todo o seu dinheiro no consumo, e os impostos sobre o consumo são os mais cruéis, que é o que a gente está fazendo aqui, tornando-o ainda mais pesado. Então o pobre não tem como fugir.

O rico, por sua vez, usa uma parte do dinheiro que ele ganha, e, a outra parte, guarda. Então isso o ressalva de tomar uma tributação mais pesada. Então é importante, sim, a gente se ater, para o pessoal que está realmente preocupado com as pessoas carentes, ao fato de que o imposto sobre o consumo está prejudicando diretamente essas pessoas.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Bartô. Primeiro, queria cumprimentá-lo pelo seu excelente trabalho, que vem sendo feito com extrema seriedade. Eu inclusive tenho uma extensa emenda a esse projeto e me abduquei de apresentá-la pela mesma razão que vou dizer que deveríamos deixar tramitar o projeto, mesmo aqueles que são contrários ou pelo menos acham que são contrários, da forma como ele está.

Eu queria, entre tantas emendas que há, inclusive quanto à maneira como deve ser feita a prorrogação, uma série de coisas, mas eu quero chamar a atenção aqui para o fato de que nós temos nichos de tributação, deputado Bartô, que tenho certeza de que não irão contrariar as suas análises. Eu gostaria de ter oportunidade de discutir, porque eu tenho acompanhado, ao longo da minha vida pública, mas também da minha vida profissional, a questão tributária. Eu acabei me tornando um economista tributarista e tenho acompanhado muito o que tem ocorrido nas discussões, sobretudo na Europa, mas também nas Américas, sobre a questão da tributação do consumo.

Eu concordo com V. Exa., mas queria dizer que nós temos amplas possibilidades de, a curto prazo, fazer um aperfeiçoamento do ICMS, no sentido de ter condição de abdicar do seu lado negativo, para substituímos um tributo tóxico, negativo, regressivo, por outra forma de tributação mais justa e sobretudo mais eficiente, que nos ajudaria, e muito, a superar a crise fiscal.

Eu quero apenas falar isso, e vou abdicar, presidente, da inscrição que fiz, por causa da cortesia que fez o deputado Bartô me proporcionando esse aparte. Eu estou aqui justificando, deputado Bartô, por que vou fazer questão de apresentar esse substitutivo, fazer uma discussão profunda sobre ele na nossa comissão, também no Plenário, e até na comissão que V. Exa., com tanta eficiência, preside. Então eu creio que seria mais adequado se aqui nós deixássemos esse projeto sobreviver e que, portanto, não o derrotássemos; quem for contra poderá abster-se, confiando que poderíamos aperfeiçoar esse projeto na sua tramitação, em 2º turno, que é precisamente o que eu pretendo fazer.

Há inclusive, presidente, para concluir, a fórmula que o governo não descobriu, que é para que não ocorram as perdas, ou os ganhos, segundo o deputado Bartô, se funcionar, de fato, a curva de Laffer. A curva de Laffer - eu estou junto com o deputado Osvaldo Lopes, que não está aqui.

Já fazendo um teste, como bem sugeri um dos empresários presentes naquela audiência pública: pegar um produto e testar a curva de Laffer dele. Estamos oferecendo essa alternativa dentro das emendas que estamos propondo.

Muito obrigado pela oportunidade de esclarecer. Tomei o seu tempo, mas poupei o tempo dos colegas, porque estou abdicando da minha hora inteira de discurso, o qual substituí pelo aparte que V. Exa. me concedeu. Obrigado.

O deputado Bartô* – *O.k.* Obrigado pelas palavras também, deputado Virgílio.

Antes de passar a palavra para o deputado Sandro, vou comentar aqui um pouquinho a curva de Laffer. Eu sou economista também, é uma das minhas formações, e como economista eu falo bastante: economista não acha, economista não coloca uma questão que ele acha que é bonitinha. Para ele poder fazer uma tese, tem que passar por uma banca, tem que passar anos estudando a própria economia; depois há a tese, que vai ser questionada, mestrado, e por aí vai, como é toda a atividade de estudo, no caso de mestrado e doutorado. São estudos muito fortes e que, no caso de economia, são comprovados matematicamente.

Portanto, economista não acha, economista tem que provar matematicamente o porquê daquela teoria. Aqui a gente tem a teoria levantada pelo João Vítor, que é bem clara, que é o quê? Imposto zero, o Estado arrecada zero; imposto de alíquota de 10%, começa a arrecadar; e, subindo a alíquota, vai subindo a arrecadação, até uma certa hora em que se chega ao imposto de 100%, e você não arrecada nada, porque ninguém trabalha de graça. Curva de Laffer é voltada para a curva da oferta. A pessoa que está produzindo se questiona: vale a pena produzir? Se eu tiver que pagar muito imposto, vou trabalhar muito para ganhar pouco, então prefiro não trabalhar. Essa é uma teoria que faz muito sentido. É claro, cada um aqui sabe muito bem que não trabalharia de graça. Mas, a partir do momento em que você é um economista, tem que comprovar isso matematicamente, por que se leva à questão de realmente não haver mais esse estímulo à produção. Lembrando que aqui estou falando em estímulo à produção, mas também há a questão da informalidade e a questão da busca alternativa. Exemplo: ficou muito caro? Aí nós vamos para a curva de demanda. Se está muito caro, eu não vou comprar isso, eu vou comprar do estado vizinho.

Informalidade. Nenhum empresário quer ser informal, nenhum empresário quer ter um passivo tributário, nenhum empresário quer correr o risco de ser preso e ter o seu negócio fechado. Então o que ele faz? Ele quer pagar os impostos. Só que, a partir do momento em que vê que aqueles impostos são imorais, estão muito pesados, que está muito complicado, ele começa a olhar para si e a falar assim: será que esse imposto é justo ou será que esse imposto é roubo? Aí, a partir do momento em que o empresário entende que o imposto é roubo, ele pensa: sonegar é autodefesa. E aí, para ele, sim, justifica moralmente a sonegação, pois aquele imposto não é justo. Sendo assim, ele começa a ir para o caminho da sonegação. E como todos nós temos nossas vidas, nossas rotinas, a gente não gosta de sair das nossas rotinas.

Mas se somos empurrados, compelidos a sair da nossa rotina, vamos procurar uma alternativa que se acomode novamente à nossa rotina. E uma vez que o empresário acomoda na rotina dele a sonegação, o caminho é sem volta. Por isso se perde tanta arrecadação, porque ele deixa de pagar qualquer tributo, porque está na informalidade.

Então, lembrando, há a questão em que o empresário olha e fala: “O tributo está pesado, não vou produzir mais”; há a questão em que o empresário olha e fala: “Imposto é roubo, sonegar é autodefesa”; e há a questão em que o consumidor olha e fala: “Está muito caro, vou consumir no estado vizinho”. Todos aqui são deputados e viajam bastante pelo Estado, e muitas cidades estão no limite do Estado de Minas Gerais, e vocês mesmos podem perceber o quão devastadora está a situação de Minas por causa de imposto. Posto de gasolina, por exemplo. Se você não abastecer em São Paulo, se não abastecer no Rio, se não abastecer no Espírito Santo e entrar no Estado de Minas Gerais com o tanque no vermelho, pode começar a rezar, já era, serão no mínimo 70km, 50km para dentro, até achar um próximo posto.

Então, gente, isso é o resultado prático. A gente não precisa, deputado Virgílio, testar. Já foi testado antes. O ponto ideal da Curva de Laffer, que os economistas debatiam bastante, já foi segmentado em 33%, que é exatamente o imposto que a gente paga hoje, porque 25% são por fora, e se for considerar-se por dentro, são 33%. E qualquer questão acima disso, infelizmente, não ajuda a economia nem ajuda na arrecadação. Então, vale lembrar que estou aqui pelo Estado, eu acredito no que estou falando, eu leio, eu estudo, está comprovado. Então, o melhor para a arrecadação do Estado realmente é abaixar o imposto.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Obrigado, deputado Bartô. Sr. Presidente, membros da Mesa, muitos já se manifestaram aqui sobre o Projeto de Lei nº 1.014, que amplia, prorroga a vigência desse acréscimo de 2% de tributos, numa carga tributária de 25%, que já é elevada. Olha, o João Vítor citou Laffer, e o Bartô também citou Laffer, com questões técnicas sobre carga

tributária. Mas para ser bem simples a respeito disso, Bartô, e não vou fazer uma crítica ao governo Zema nem ao Novo, porque cada um faz o governo que lhe é mais adequado, compete a nós, aqui no Parlamento, nos alinharmos às propostas ou não. E eu já disse isso em diversas oportunidades. Estou alinhado com o governo Zema em diversas propostas, mas nessa questão de aumento tributário ou manutenção de um aumento de imposto que aconteceu no governo anterior eu não posso me alinhar ao governo. Por uma questão de princípio. Eu passei a campanha inteira dizendo que jamais na minha vida eu votaria um projeto de lei que aumentasse tributos. Isso eu não faço, porque é um desrespeito com o empreendedor brasileiro, com o dono de comércio, porque a nossa carga tributária já é muito elevada. Então, não faz sentido aumentarmos tributos. Muito pelo contrário, talvez uma redução tributária pudesse proporcionar – e muitos economistas dizem isso – um aumento na arrecadação. Então, Minas Gerais hoje, pelo governo que tem e por alguns deputados que se elegeram defendendo essa bandeira, não tem que propor aumento de tributo. O governo tem que achar alternativas para que haja uma redução, mesmo que seja gradativa, de todos os impostos. Era isso que eu gostaria de dizer a respeito desse tema.

Vou aproveitar este momento, deputado Bartô, e peço a sua compreensão e a do presidente também, para me desviar um pouco do tema, porque não posso deixar de me manifestar sobre o que aconteceu aqui anteriormente. Como nós estamos aqui, deputado Bartô, eu estou falando, e estamos obstruindo. Não adianta a gente falar que não está obstruindo. Não. Nós estamos obstruindo a votação do Projeto de Lei nº 1.014, porque a estamos retardando. Você pode ter opinião diferente, mas é isso que estamos fazendo, porque nós não concordamos com ele. Aí, o deputado do PT Ulysses Gomes estava na tribuna usando o tempo regimental de 1 hora para dar explicações sobre o Projeto de Lei nº 1.205, desfiando várias questões técnicas, dizendo que não estava obstruindo e que as suas ações antes de apresentar requerimento para que o projeto passasse em outras comissões também não eram obstrução.

Ora, isso é... Está brincando com a inteligência da gente, do mineiro? É claro que é obstrução. Agora o que me deixa indignado é não admitir que está obstruindo. Não tem nada de errado, é regimental, faz parte do Parlamento. Em decorrência disso, eu estava informando o público, lá fora, diretamente interessado, que são policiais militares, policiais civis, bombeiros, agentes socioeducativos e agentes penitenciários, do que estava acontecendo aqui, no Plenário, que, apesar e em decorrência de um acordo que já estava estabelecido, feito, ainda assim, o deputado retardava a votação com obstrução, usando o tempo de uma hora. Isto aqui é transparente, tem uma TV Assembleia que manda essas imagens para todo mundo. Não tem nada feito aqui, às escondidas, quando os deputados estão na tribuna ou estão aqui falando e se manifestando. Eu usei o meu *smartphone* – gente, não tem como fugir da tecnologia, não –, para o pessoal saber o que estava acontecendo.

Quando passei aqui, estava nesta posição, o deputado Cristiano, do Partido dos Trabalhadores me chamou de mentiroso.

O deputado Bartô* – Mas...

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Espere, eu preciso falar isso aqui. Agora recente, Sr. Presidente, olhe como as coisas funcionam. Jornal *O Tempo*, vou ler aqui. *Estado de Minas*, Sr. Presidente: “Em meio ao debate, os deputados André Quintão e Coronel Sandro quase saíram no braço. O petista reclamou da postura do colega, que em *video selfie*, dizia que a oposição estava obstruindo a votação. O Coronel Sandro chamou Quintão de mentiroso”. Mentira é do *Estado de Minas*. Não é o jornal *O Tempo*, não. Isto aqui é uma notícia mentirosa. E aí passa-se isso como verdade. Eu não sei por que – até então eu não havia visto as imagens que a minha assessoria fez –, disseram-me, e o próprio deputado disse: “Não, eu fui para apaziguar”. Foi para apaziguar nada. O senhor foi para me agredir. Isso prova que quem destila ódio é o Partido dos Trabalhadores, e eu tenho imagens para provar. Depois vocês ficam falando que somos nós que criamos confusão. Aqui, dentro do Plenário, o senhor foi para me agredir, existem imagens. Então, não adianta contar outra história, Sr. Presidente, porque depois dizem de nós, conservadores: “São esses deputados do Bolsonaro que são agressivos. Esse pessoal fica propagando ódio”. Aqui está a prova de propagar ódio.

O deputado Bartô* – Coronel.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado, peço vênia, por favor, porque isso foi muito grave.

O deputado Bartô – Para encerrar, por favor.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – É quase, se o deputado Cássio não me levasse para fora, eu seria agredido aqui, dentro deste Plenário. Então, isso serve para desmascarar esse Partido dos Trabalhadores e seus deputados que falam que defendem a paz, que defendem o equilíbrio, que defendem o acordo. Não tem nada de paz, não! Eu ia ser agredido se o deputado Cássio não estivesse entre mim e o deputado André Quintão. Eu seria agredido. E faz isso aqui, dentro do Plenário. Por que não faz lá fora? Porque lá fora a gente pode topa no tapa. Lá a gente pode ir para a porrada. Eu chamo para ir para fora se for o caso.

O deputado Bartô* – Deputado, vou pedir compreensão, só para encerrar.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – É porque foi grave, deputado. Isso aqui foi grave!

O deputado Bartô* – Sim, eu sei que foi grave, mas tenho que defender a minha ideia aqui.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Peço desculpas por ter usado aparte para falar sobre isso, mas era a oportunidade que eu queria, porque, até então, até eu estava acreditando. Quase me convenceram. Ele foi lá: “Não, fui lá para apartar, para segurá-lo”. Mentira, Sr. Presidente. Mentira! Agora estou falando que é mentira, porque há uma imagem, e todos podem ver como ele saiu, daqui do fundo, e se dirigiu até a saída do Plenário. Se não fosse o deputado Cássio e, salvo engano, o deputado Gustavo, que estava entre mim e ele, eu nem veria o que teria acontecido, porque se eu estiver vendo, vai levar do mesmo jeito que vier para cima de mim, entendeu? Falo isso aqui porque não pode passar em branco. Se esse episódio nunca tinha acontecido aqui, aconteceu dessa vez. E dessa vez... Acusam-me aqui, Sr. Presidente, muitas vezes, de me referir ao Partido dos Trabalhadores do modo como não deveria, de ficar buscando coisas do passado. Dessa vez, quem me chamou de mentiroso e me ofendeu foi o deputado Cristiano, quem foi para cima de mim para me agredir foi o deputado André Quintão. E as imagens estão aqui para provar.

Eu nunca vi ninguém se dirigir a um palco de contenda para separar da forma como ele foi, e, se não fossem os dois deputados entre mim e ele, eu teria sido agredido e não teria visto nem o que tinha acontecido.

O deputado Bartô* – Coronel Sandro, peço para encerrar.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Então, peço desculpas mais uma vez, Sr. Presidente, mas eu tinha que me manifestar sobre isso. Muito obrigado.

O deputado Bartô* – Queria só tecer um comentário a respeito da questão da obstrução. Eu não vejo a minha postura aqui como obstrução. Se fosse obstruir, teria apresentado emendas, tirado o projeto de pauta, teria feito discussão em todos os outros projetos. Aqui, de fato, estou trazendo, em um momento em que posso discutir o projeto, à luz, para os demais deputados da Casa, que aumento de imposto hoje não é aumento de arrecadação. Houve até na nossa discussão, na audiência pública em que alguns estiveram presentes – e faço o convite para que possam observar em vídeo, no dia 13 agora de novembro, às 15h30min -, um senhor que trabalhava no Estado de Goiás que comentou que lá, para os produtos bovinos, foi reduzida a alíquota de 18% para pouco abaixo de 2%, e isso fez com que se dobrasse a arrecadação do Estado em menos de um ano relativa a esses produtos.

Então, aqui fica o ponto exatamente: aumentar imposto não resolve a situação. Ao aumentar imposto, a gente só sobrecarrega mais e torna mais cruel a situação de quem produz e de quem quer comprar coisas.

O deputado Gustavo Santana (em aparte)* – Obrigado, deputado Bartô, pelo aparte.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a compreensão dos meus pares e da Mesa para ver se a gente coloca em votação – e nós começamos desde as 10 horas da manhã – esse projeto que já passou pelas comissões e voltará agora, no 2º turno, quando haverá tempo de cada deputado apresentar sua ideia, debater sua opinião. Eu peço a V. Exa. que a gente coloque em votação e peço a compreensão dos pares.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Eu vou falar depois de V. Exa., mas, gostaria, primeiro, de, no assunto de V. Exa., deixar a minha opinião: vou votar favorável e, no 2º turno, estarei colocando uma emenda muito bacana; nós vamos voltar ao que era antes: o mesmo combustível que este Plenário aumentou nós vamos ter a condição de abaixar no projeto do governo. Então eu

gostaria que a opinião pública... O combustível, a gasolina, o diesel... O que foi? (- Intervenção fora do microfone.) Não, ele não fala, mas ele fala em tributação, Marília, e aí a emenda não é uma *frankenstein*; aí a opinião pública vai poder fazer uma pressão nesta Casa. Eu não estou votando aumento de imposto, nós estamos mantendo, e votei contrário anteriormente; então voto favorável, com essa emenda para tramitar, porque infelizmente agora não tem jeito de colocar.

Agora, falando sobre os acontecimentos neste Plenário, nos 26 anos que estamos aqui, foi a primeira vez que vi o que a gente viu aqui, hoje: chegarem ao extremo, à porrada e tudo o mais. Primeiro, eu gostaria de comunicar a todos os deputados novos desta Casa que, quando você dirige a palavra, para não falar que é pessoal, você não pode se dirigir à pessoa. O deputado que me antecedeu agora colocava e olhava para o deputado André Quintão. Ele não pode fazer isso. Deputados novatos desta Casa, V. Exas. têm que se dirigir à Mesa para não ficar pessoal, senão, vai continuar acontecendo isso aqui. São 26 anos. Eu estava ali em cima e estou vendo, pela primeira vez, acontecer o que aconteceu. E, para não acontecer outras vezes, eu acho que nós temos que nos segurar aqui. O João Vítor colocou a coisa certa: nós temos divergência de opiniões, mas aqui a liberdade tem que ser respeitada. Cada um pode falar o que for. Se hoje existe a internet e ele está gravando, cabe também ao outro deputado falar que é mentira e deixar rolar. O que não pode é continuar dessa maneira que está aqui, hoje; não pode continuar olhando, colocando dedo, olhando, fazendo gestos. O presidente tem que chamar a atenção. Todos nós aqui nos dirigimos à Mesa.

Eu posso falar de João, de Antônio, que estão do meu lado, mas falo para o presidente. Ninguém pode olhar, encarar e apontar para o outro. Isso não podemos deixar acontecer nesta Casa, Bartô.

Com tranquilidade, V. Exa. fez aqui uma colocação também, mostrou. Então, ajudou, como líder do governo que é, mostrando que vai votar contra o governo, mas pacificou esta Casa. Temos de falar. O deputado João Vítor deixou claro que temos divergências nas nossas ideias, mas não pode passar... Daqui a pouco, sabe o que vai acontecer? Vai ser aquele João que não aguenta voltar para casa. Vamos ter um ambiente de trabalho... E olhe que convivemos mais aqui do que com a nossa família, do que com os nossos filhos, do que com a nossa esposa. Já imaginou se amanhã, daqui a uma semana continuar do jeito como está aqui? Vai chegar aqui na porta e dizer: “Pô, vou ter de ir para a Assembleia?”. Que vontade você vai ter de trabalhar? Então, isso não podemos deixar acontecer. Se existem divergências entre o partido A e B, elas têm de ficar no microfone, nas ideias, não se pode partir para a agressão.

Senhores deputados de primeiro mandato, quando dirigirem a palavra a qualquer um, dirijam-se à Mesa. Não tem esse negócio de olhar, virar e apontar dedo. Olhe aqui, a galeria que ajudou. Pior que todo mundo sabe que estava tudo acertado. Nesta Casa, desde a semana passada, desde que o presidente chamou, sentamos ali dentro, as lideranças conversaram. Estava tudo acertado. O projeto que foi votado hoje, aqui, foi uma vitória não de A, de B, da segurança que estava aí, do partido que defende a segurança, que defende a saúde ou que defende o que for, foi a Assembleia que construiu.

O deputado Bartô* – Foi a *black friday*.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Só votamos isso aqui, hoje, porque a Assembleia fez. Independentemente de qualquer partido, todos os 77 deputados, Bartô, participaram dessa construção. Não adianta. Está obstruindo? Não. Pode falar, pode fazer o que for. E a obstrução é legítima.

A galeria tem de começar a entender que, quando o deputado está falando aqui, não está falando só para a galeria, não. Há as notas taquigráficas. Há a TV Assembleia que criamos. Estamos na internet, e está indo para o mundo afora. TV que eu criei há 24 anos para mostrar o que acontece aqui dentro. A galeria tem de começar a respeitar esta Casa. Esta é a Casa do povo? É, mas é esta é a Casa de um povo educado, esta é a Casa do povo que sabe. E quem conduz os trabalhos desta Casa é o presidente da Assembleia, não é pressão de galeria, não é pressão desse ou daquele grupo. Por muito mais, já tivemos aqui, o pessoal antigo se lembra perfeitamente, todas as galerias tomadas por funcionários públicos.

Agora, a política é muito engraçada, só muda o ator. Quem era contra ontem, hoje, é a favor; quem era a favor, hoje, é contra.

Quero só lembrar que precisamos fazer uma Casa prazerosa de se vir trabalhar e conviver com todos os companheiros aqui dentro. Obrigado.

O deputado Bartô* – Sobre esse assunto, vou encerrar por aqui, senão - faltam 15 minutos do tempo para debatermos a questão do tributo - vamos ficar muito nesse ponto que toca muito a paixão de todos.

Enfim, sobre a questão de acordos que o próprio deputado Alencar nomeou, agora volto a conversa para nós, deputados que estamos aqui, nesta Casa. Somos 77 deputados que representam o povo. O povo que colocou o voto na gente acredita na gente. Acredita que nossas decisões vão ser melhores para aquilo que a gente acredita. Acordos fazem parte. Conseguimos entender o lado do outro. Conseguimos ver como dá para trabalhar entre abrir mão de alguma questão para poder ganhar mais peso com outra. Mas tentamos entender também como emendas utilizadas nessas negociações podem ser maléficas, como a gente se sente nesse ponto de que o dinheiro vai contar mais do que a decisão.

Então peço que todos aqui – há muita gente que estava defendendo esse projeto já antes – pensem nisso. Vocês representam um povo que confiou em vocês. Vocês têm voz de representantes para fazer aquilo que entendem como certo. Não deixem emendas influenciarem a decisão de vocês. Emendas realmente têm um ganho muito bom com o nosso público, com os nossos municípios. Eu, pessoalmente, faço distribuição técnica, mas vejo como o apelo é grande por isso.

Mas vamos nos ater ao que esta Casa representa, que é a visão de todo um povo, através daqueles que os representam. Então vamos nos ater um pouco mais a isso também e ser mais fiéis às nossas convicções.

Com relação ao imposto, para finalizar, a situação é exatamente esta: infelizmente, realmente o imposto vem de um governo do partido do qual eu faço parte, um partido que sempre defendeu a queda de imposto. E tem seus motivos para estar lá defendendo o contrário agora. O que eu acredito, o que eu sempre acreditei e o que eu sempre defendo é que é preciso cortar na carne; é preciso achar as medidas de austeridade que realmente vão baixar as despesas; é preciso liderar, inclusive, a nossa Casa e outros órgãos, para que possam fazer parte desse esforço comum para haver corte de despesas; é preciso participar mais das discussões no cenário federal, para trazer mais recursos para Minas. Nós temos que liderar, nós temos que fazer diferente, nós não temos de ter austeridade, e passar a conta para o cidadão, através de imposto, não é opção mais. Nossa carga já está muito pesada. Nossa carga está cruel. Ela acaba com os empreendimentos, acaba com o emprego, acaba com renda. O custo é muito caro para aquelas pessoas que estão fazendo seu consumo. A gente reprime essa demanda, reprime pessoas que poderiam estar comprando e sobrecarrega todos os cidadãos mineiros.

Então, você, de Minas Gerais, você, mineiro, que não aguenta mais imposto, grite forte, cobre de seus deputados, participe das redes sociais, venha até a nossa Casa, brande a simples frase: Minas não aguenta mais impostos. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doorgal Andrada* – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o deputado Alencar pela fala e lembrar aos nossos pares, nossos colegas, de sempre se direcionarem à Mesa. Fui vereador em Belo Horizonte, e tivemos muitos problemas quando os parlamentares se direcionavam uns aos outros. Então, com essa experiência hoje, aqui, venho parabenizar o deputado. É muito importante que os parlamentares se direcionem ao Sr. presidente, à Mesa.

Direcionando-me aos senhores, presidente, estou agora, aqui, encaminhando a votação do Projeto de Lei nº 1.014, que é um projeto que tenta, hoje, convencer a Assembleia Legislativa de fazer a manutenção do aumento de dois pontos percentuais na alíquota de ICMS... Sr. Presidente, peço respeito aos pares para concluir minha fala. Sr. Presidente, então estamos... Estou encaminhando...

Então, pedindo respeito ao deputado, Sr. Presidente, estou encaminhando agora a votação do Projeto de Lei nº 1.014. Gostaria de lembrar aos pares que estamos votando um projeto de autoria do governo de Minas Gerais, que está tentando convencer a nossa Assembleia Legislativa a validar um projeto que aumenta em dois pontos percentuais a alíquota de ICMS de alguns produtos e serviços do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, é louvável, sim, este governo tem tentado enxugar os gastos públicos, tem trabalhado para reduzir a máquina pública, mas não será com a manutenção desse aumento de imposto que vamos resolver o problema da receita do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, já foi citado por alguns deputados e deputadas: a curva de Laffer prova que existe um limite para a arrecadação de imposto, que existe um limite para a cobrança de imposto, e nós já extrapolamos e muito isso aqui, no Estado de Minas Gerais. Nós não podemos espantar as empresas e os investidores para os estados vizinhos. Não é aumentando essa arrecadação, aumentando diretamente tributo para o contribuinte que vamos resolver o problema das finanças do nosso estado.

Portanto, Sr. Presidente, concluo a minha fala: encaminho contra esse projeto que visa à manutenção do aumento de impostos proposto aqui pelo governo de Minas Gerais. Digamos “não” ao aumento de impostos. Vamos defender o mineiro, defender o contribuinte. Encaminho o voto “não” ao Projeto de Lei nº 1.014.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Eu venho de maneira muito breve também, como os pares, encaminhar o voto contrário ao Projeto de Lei nº 1.014.

Quero dizer que eu não tenho absolutamente nada contra este governo. Inclusive, em diversas oportunidades, trabalhei junto com ele para aprovar matérias que acredito serem importantes para Minas Gerais. Hoje mesmo tivemos o prazer de votar e aprovar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.205, pelo qual eu e diversos parlamentares trabalhamos muito para que pudesse ser votado de maneira mais rápida, a fim de que a gente pudesse resolver o problema do 13º salário e do salário dos servidores públicos no quinto dia útil. Mas, em relação a esse projeto, não há como votar com o governo. O Estado de Minas Gerais já tem impostos demais. A população já não aguenta mais pagar imposto.

Nós elegemos o Romeu Zema justamente com a esperança de diminuir o tamanho do Estado, de diminuir o peso do governo nas costas do contribuinte. Eu entendo que Minas Gerais esteja em estado de crise e que o governo venha aqui falar que é necessária a manutenção desse aumento de imposto, mas eu não consigo concordar.

Estava conversando hoje com o deputado da base do governo, fiel escudeiro do governador, e fiz a seguinte pergunta: será que o Novo, se fosse um partido de uma Assembleia Legislativa, ou do Congresso Nacional, ou de algum lugar que não estivesse no governo, teria essa compreensão de votar a manutenção de aumento de imposto? Eu creio que não.

Em todos os estados e também no Congresso Nacional, onde eles não são governo, eles têm total firmeza de combate aos impostos, de diminuir o tamanho do Estado, mas, aqui, no único estado onde eles ocupam o Poder Executivo, eles entendem as necessidades e pedem a nossa compreensão para um aumento de imposto.

Eu sou contrário, até porque esse aumento de imposto excede o governo Romeu Zema. Ele vai aumentar o imposto até 3/12/2025. Eu acho, inclusive, que se essa matéria vier para o 2º turno, deve haver uma mudança para manter o aumento de imposto, durante o governo Zema. E se o próximo governador quiser aumentar imposto, ele que o faça.

Gostaria de falar aqui também sobre os itens que são taxados. Entre os itens taxados, encaixados como supérfluos, a gente tem cerveja sem álcool e bebidas alcoólicas, exceto aguardente de cana ou melão; cigarro, exceto os embalados em maço; produtos de tabacaria; armas. Arma não é produto supérfluo, é instrumento fundamental da legítima defesa do cidadão. Toda vez que a gente fala de aumentar o porte e a posse de arma, qual é a desculpa dos que se opõem? “Como é que o pobre vai comprar arma? A arma é muito cara”. A arma é cara, entre outras coisas, porque o imposto é tão alto, porque o pessoal acha que tem que ficar taxando e sobretaxando arma de fogo. Então, ela não deveria estar nessa lista de produtos supérfluos.

Refrigerantes, bebidas isotônicas, bebidas energéticas, rações tipo *pet*. Aqui estão os deputados Osvaldo Lopes e Noraldino, que defendem a causa animal e sabem da importância, para quem tem um animal de estimação, de comprar esse produto. E não é

supérfluo não, não é opcional, você não pode deixar o seu cachorro passando fome. Então também é uma questão complicada: perfumes, água-de-colônia, cosméticos e produtos de toucador, exceto xampus, preparados antissolares e sabões de uso pessoal, alimentos para atletas, telefones celulares e *smartphones*.

Telefone celular e *smartphone* não são bens supérfluos. Para alguns hoje são até meio de vida, por onde as pessoas têm as suas relações profissionais, onde eles conseguem estabelecer negócio, onde montam plataformas digitais. Encarecer o acesso ao *smartphone*, aos telefones celulares, é cercear às pessoas mais pobres o direito de ter essa plataforma de inserção na era digital, que gera tantas possibilidades de crescimento econômico e de empreendedorismo.

Câmeras fotográficas ou de filmagem e suas partes e acessórios; equipamentos para pesca esportiva, exceto de segurança; equipamento de som ou de vídeo para uso automotivo, inclusive alto-falantes, amplificadores e transformadores. Além, é claro, de que também está no projeto de lei a questão dos serviços de telefonia.

Não acho que a saída para o nosso estado seja o aumento de imposto dos ditos produtos supérfluos ou da telefonia, acho que o contribuinte está estafado de carregar este estado gigante nas costas. Eu acredito que o governo liberal precisa buscar soluções criativas para os problemas do Estado, como fez, de maneira brilhante, na questão do 1.205. “Olha, eu consigo resolver o problema dos servidores se a gente adiantar os recebidos da Codemig”. Existem diversos ativos do Estado que o governo pode explorar para buscar solucionar a crise financeira.

Não acho que a solução seja onerar, cada vez mais, e jogar para o cidadão mineiro a responsabilidade de consertar a crise econômica que os governos construíram. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir – Muito bem. Sr. Presidente, nós temos histórias criadas nos nossos trabalhos anteriores. Eu fui vereador em Campo Belo, e o expediente que adotava, quando vereador, chamava-se indicação ao prefeito.

Indicamos ao prefeito a necessidade de pavimentar a rua tal, de reformar o posto saúde, de comprar veículo.

Nós indicávamos as despesas, e o Legislativo pouco cria receita ou quase não cria nenhuma receita.

Nós hoje, no Legislativo Estadual, estamos diante de uma situação que eu posso tratar como voto de responsabilidade. E por que voto de responsabilidade? Sabemos nós – e ninguém melhor do que nós, deputados, sentimos na pele a solicitação dos servidores públicos do Estado quanto ao parcelamento de seus salários, quanto ao pagamento de 13º salário – que, com toda certeza, a aprovação do PL nº 1.014/2019 tem influência direta na vida do servidor, direta.

Eu, deputado Duarte Bechir, no governo passado, votei favoravelmente a essa lei, e o governador à época, Fernando Pimentel, nos dizia: “Somente será usada se o Estado estiver em situação financeira difícil”. E foi o que aconteceu, e agora não é diferente. Estão discutindo a curva de Laffer para cá, a curva de Laffer para lá, mas discutam a situação do povo de Minas e dos funcionários públicos. É boa? O governo está pagando o salário em dia? O governo está fazendo investimento? Quantos hospitais regionais estão para serem concluídos?

Aí eu quero fazer uma pergunta, presidente: É hora de reduzir as economias do Estado? Aqui não está em discussão aumentar. Quem disser que estamos aumentando, quem disser que estamos aumentando está faltando com a verdade. Ninguém aqui está aumentando. Nós estamos mantendo a arrecadação do governo, porque o Estado, o governo, o povo e os funcionários estão num momento de muita dificuldade. O voto mais fácil aqui, hoje, é dizer: “Eu sou contra o aumento”. O voto mais fácil é dizer: “Olhe, esse aumento aí, o povo vai pagar”. É o voto mais fácil. Agora, o voto da responsabilidade é aquele que diz: “Eu quero o bem do meu estado, indiferentemente de quem o governa”.

Eu não sou do partido do governador. Aqui não fiz compromisso de ser da base do governador. O meu compromisso é com Minas Gerais. E o compromisso que eu tenho com o Estado diz respeito ao meu voto. Encaminho favoravelmente em nome do povo mineiro, em nome da economia e do equilíbrio das finanças do nosso estado. O meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Guilherme da Cunha* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, nobres colegas. Boa tarde também ao público que nos acompanha nas galerias e também em casa, através da TV Assembleia e da internet.

Sr. Presidente, que situação curiosa e até, em certa medida, estranha: dois deputados de um mesmo partido encaminhando votações em sentidos opostos. Que curioso e, até em certa medida, estranho um deputado do partido do governador encaminhando uma votação contrariamente a um projeto do próprio governador. É curioso, é estranho, mas certamente é compreensível. É compreensível porque estamos todos em nossos primeiros mandatos. E é dura, é muito dura a transição da teoria do ativismo, na qual o olhar está voltado apenas para o Norte, para o destino que a gente quer chegar, para a dura realidade e responsabilidade de ser governo e de impactar a vida de 21 milhões de mineiros com as nossas decisões.

Essa realidade e essa responsabilidade exigem, Sr. Presidente, que o nosso olhar esteja ao mesmo tempo no destino a que queremos chegar e nos obstáculos do caminho. Se pegarmos um trajeto, um trajeto bastante conhecido para Minas Gerais e para o nosso governador, o de Araxá para Belo Horizonte, colocarmos no GPS e tentarmos seguir em linha reta, o ônibus cairá na primeira curva da Serra da Canastra. E esse ônibus é o nosso estado, com 21 milhões de pessoas dentro. Não podemos ter a irresponsabilidade de seguir cegamente um objetivo e de ficar distraídos para as curvas, para os obstáculos e para todos os desafios que temos antes que superar.

Com um olhar no norte, com um olhar no destino a que quer chegar, este governador fez coisas fabulosas. Foi apresentada e foi aprovada por esta Assembleia Legislativa uma reforma administrativa que promoveu substancial enxugamento da estrutura do Estado. Diversas medidas de eficiência do gasto foram adotadas. Simplificações de procedimentos, ganhos de eficiência, que geraram a economia para Minas Gerais, até o nível máximo do detalhe de atentar para quantos elevadores estarão em funcionamento no Palácio Tiradentes, onde trabalha o governador. Não houve despesa que foi tachada de pequena demais ou despesa que foi tachada como irrelevante para o esforço deste governo em economizar cada centavo do cidadão mineiro. Com o olhar aonde quer chegar, este governo conseguiu atrair R\$24.000.000.000,00 em investimentos para Minas Gerais, conseguiu ajudar na geração de 111 mil novos empregos, na abertura de inúmeros negócios. Nossa economia está se reaquecendo, nossa arrecadação está subindo. Minas Gerais está saindo, pouco a pouco, do buraco em que foi encontrada no início desta gestão.

Os fornecedores de medicamentos voltaram a receber, os repasses para o Ipsemg e para o IPSM voltaram a acontecer, a rede de urgência e emergência voltou a funcionar, e o Samu não parou em momento nenhum. Tudo isso foi conquistado às custas de muito, muito esforço, mas infelizmente a gente bateu num teto, e há um obstáculo no caminho. Esse obstáculo são as despesas do Estado, que não são, infelizmente, passíveis de redução discricionária. Esse teto é o que nos obriga a manter cada centavo possível da arrecadação, sem podermos nos dar ao luxo de abrir mão de qualquer renda, de qualquer receita.

É duro, é muito duro. Conhecendo como conhecemos a curva de Laffer, tanto o governador, quando eu e toda a equipe de governo; conhecendo como conhecemos a necessidade de manter mais dinheiro no bolso do cidadão para que ele possa fazer as próprias escolhas, a gente, ainda assim, defender como defendo esse projeto, defender como o governador defende esse projeto. Mas isso é porque o nosso compromisso é forte, o nosso compromisso é profundo. E, antes de submetermos o projeto, fizemos a análise de cada um dos itens que estavam sendo apresentados, e temos a certeza de que, em todos eles, a manutenção – manutenção – das alíquotas atuais de impostos não trarão prejuízo para o crescimento e para a retomada da nossa economia.

É necessário que a gente entenda, senhoras, senhores e também o público, que, num cenário como o atual, em que o nosso orçamento tem um déficit de R\$13.000.000.000,00, abrir mão dos R\$800.000.000,00 de receita que esse projeto significa não vai gerar mais dinheiro no bolso do cidadão, vai gerar mais dívida para o cidadão. Uma dívida que terá que ser paga no futuro, uma dívida que vai ser paga com juros e com encargos, uma dívida que vai sair mais cara para a gente, daqui a um, dois, cinco anos, do que a gente encarar o problema de frente hoje, fazer a curva do caminho necessário hoje, assumir a ação responsável hoje, para que a gente possa manter este estado no caminho do crescimento.

É ilusório, é ilusório rotular esse projeto como redução de carga tributária, aliás rotular a rejeição ao projeto como redução de carga tributária. A rejeição a esse projeto é aumentar o endividamento, é jogar Minas ainda mais no cheque especial, é empurrar uma conta mais pesada para a próxima geração. Aliás, nem chega tão longe, uma conta mais pesada para a gente mesmo pagar, e não mais do que daqui a cinco anos.

É duro fazer tudo isso, mas é necessário. E mesmo sabendo de uma eventual oposição das galerias, mesmo sabendo de uma eventual oposição na internet, mesmo sabendo da possibilidade de o nosso nome ir parar naqueles famosos cartazes e coleções de carinhas, é importante que a gente tenha uma resposta, uma resposta mineiríssima para isso, uma resposta que vem de Guimarães Rosa, que nos disse, Sr. Presidente, que o correr da vida embrulha tudo: “A vida é assim, esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta”.

O que ela quer da gente, senhoras, senhores, o que ela quer da gente, Sr. Presidente, o que ela quer da gente é coragem. E eu tenho certeza de que esta Casa terá a coragem necessária para tomar o remédio amargo realmente agora e preparar um futuro melhor para o nosso estado. Essa é a posição do governador, essa é a posição do governo, essa é a posição do Novo, essa é a posição de quem está comprometido a tirar o Estado do buraco, a dar um futuro melhor para os 21 milhões de pessoas que dependem da gente. Eu encaminho, Sr. Presidente, o voto pelo “sim”, e conto com o apoio dos colegas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, vou tentar não utilizar os 10 minutos, mas farei questão de colocar aqui a minha opinião. Presidente, a maravilha do processo democrático é essa, o debate de ideias e a discussão entre as pessoas. É muito legal ver a realidade do Partido Novo governando. Eu tenho amigos que fizeram parte da fundação do Novo, eu tenho parentes, o meu cunhado, que mora em São Paulo e é do setor financeiro, era um entusiasta do Novo. Eu sempre disse a ele: o Novo ainda não é um partido, o Novo por enquanto é um ideário, será partido quando chegar ao governo. E chegou ao governo de Minas por merecimento, pelo voto, pela vontade do povo de Minas Gerais. E quando um partido se torna partido de verdade, vem a consequência de ser partido de verdade. E o que a gente vê o Novo fazendo é nada mais do que o velho, que é, quando está no governo, tomar as medidas e dizer o seguinte: “Os fins justificam os meios. Pelo menos quando eu sou governo”. Se o Novo é o governo, o fim justifica o meio. E essa história é repetida, isso já vem acontecendo há muitos anos, desde que a política é política e desde que o mundo é mundo. O mesmo que acontece aqui com o Novo acontece com a bancada do PSDB. Há quatro anos, o PSDB votou contra. Eu vi discursos duros aqui na Casa. Duros. E outros deputados que naquela época compunham conosco o bloco de oposição votaram contra. Discursos duros, inflamados, da liderança da oposição na Casa, e que hoje vota a favor. Porque é a circunstância do baile democrático, como disse o deputado Alencar, o roteiro do filme é o mesmo, o que mudaram foram os atores. Dos que ontem era contra, alguns ficaram a favor; uns que eram a favor ficaram contra, e alguns, temos de fazer justiça, são coerentes, eram a favor naquele momento e continuam a favor agora, e outros eram contra naquele momento e continuam contra agora. O que não adianta é proselitismo, isso não resolve. É preciso ser claro com a questão. Com todo o respeito aos deputados que me antecederam, mas é um aumento de imposto, sim. A partir do dia 1º de janeiro o imposto será aumentado. Porque no dia 1º de janeiro à 0h1min o imposto teria que cair para 25%, e a partir de 0h1min, por uma decisão do Partido Novo, do governador Romeu Zema, e desta Assembleia, se assim a Assembleia decidir, o imposto vai subir 2%, para 27%. Ponto. Qualquer coisa além disso é mera retórica. É uma opção do governador aumentar imposto. Ele tem todo o direito de dar as justificativas dele, mas nós também temos direito de acreditar naquilo que o Novo defendia, que não se gera caixa para governo com imposto. Gera-se caixa para o governo é com fomento da economia, é com o fortalecimento da economia. As pessoas levam na brincadeira: “Poxa, mas o imposto da cerveja...”. Quantos bares são abertos se você tiver um consumo maior de cerveja, de refrigerante, de água, de torresmo, de tira-gosto? Quantas mulheres deixam de ir ao salão de beleza porque os produtos de beleza foram encarecidos? E não indo ao salão de beleza, a manicure não trabalha, a cabeleireira não trabalha, a esteticista não trabalha. (– Manifestação nas galerias.) É assim que se gera caixa. Pelo menos foi assim que o manual liberal do Novo

defendeu, é assim que está na cartilha do Livres. Essa é a realidade. Eu sei que votar esse projeto hoje está sendo doloroso para muita gente do Partido Novo, porque vai contra tudo aquilo que eles pregaram desde a fundação. Isso aí são as pedras jogadas pelo Novo batendo na vidraça e voltando neles mesmos, porque a realidade é essa. O Novo está rasgando aquilo que escreveu. Eu me lembro do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ser questionado num determinado momento a respeito de uma obra de sociologia dele, dizendo a frase histórica: “Esqueçam tudo o que eu escrevi”. Hoje, essa frase pode ser emprestada ao Partido Novo em Minas Gerais: “Esqueçam tudo o que escrevi, porque é essa a realidade”. O que o Novo faz no dia de hoje contraria qualquer norma e qualquer cartilha do liberalismo econômico no mundo.

E, com muito respeito a um colega do qual gosto muito, que me antecedeu, que falou: “Olhe, falar de curva de Laffer é bobagem; temos que falar é do problema”, quero dizer para esse deputado que trazer a teoria econômica aqui para abalizar o que está sendo dito é preocupar-se com o povo, porque, quando um imposto aumenta, as pessoas não consomem; quando as pessoas não consomem, o ciclo econômico não funciona e o desemprego aumenta. E é isso o que está acontecendo no Estado. Em especial, um tributo como esse impacta diretamente o consumo. Quem está pagando a conta são os mais pobres. É o pobre que está pagando a conta, porque, para o rico, 2% às vezes não fazem diferença para o consumo pessoal.

Então, vivemos num país que não tributa o dividendo de quem ganha milhões investindo na bolsa, mas tributa em mais 2% o pobre, que não tem direito ao mínimo, que não tem direito à internet, à inclusão digital. Desculpem-me, mas falar, no dia de hoje, que telefone celular é supérfluo, falar que internet é supérfluo é desconhecer a realidade do mundo no qual estamos inseridos. Gente, telefone não é supérfluo, internet não é supérfluo. Isso é equipamento de trabalho para qualquer pessoa, para o motorista do Uber, para o motorista do táxi, para o cara que entrega a comida no iFood. Essas pessoas precisam do telefone, essas pessoas precisam da internet para trabalhar. Quem não usa um grupo de WhatsApp para trabalhar? Quem não usa a internet hoje para trabalhar? E vamos falar que isso é supérfluo? Espere aí, convenhamos! Nós estamos aceitando uma proposta que é colocar a conta da falta de estrutura tributária do Estado no bolso dos mais pobres. É isto que está acontecendo: mais uma vez, os mais pobres vão pagar a conta.

Aqui duas mentiras se desfazem: uma, de que o imposto era para os mais pobre. Não é, porque não foi colocado R\$1,00 no Fundo de Erradicação da Miséria. Segunda: o Partido Novo é um partido que acredita nos ideários do liberalismo econômico e defende a diminuição de tributos. Essa verdade também não existe, porque o Partido Novo manda para a Casa uma manutenção de uma alíquota tributária indesejável para o Estado de Minas Gerais e usa o modelo da velha política, em que os fins justificam os meios.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro* – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade de falar, neste Plenário, mais uma vez. Já recebi aqui alguns telefonemas, algumas mensagens. Quando eu caminhava pelas ruas de diversos municípios de Minas Gerais, uma das coisas que eu falava com muita frequência... Aí comerciantes, empresários paravam para conversar comigo, porque eu dizia que Minas Gerais já tem uma carga tributária muito elevada e que jamais, no meu tempo aqui, no Parlamento, eu votaria aumento de imposto, qualquer que fosse ele, porque acho que temos formas mais adequadas de ampliar a arrecadação, temos formas mais adequadas de economia. Hoje, o brasileiro, em regra, já paga tributos mais elevados, que, se somados, entre diretos e indiretos, custam em torno de cinco meses de trabalho de cada brasileiro e brasileira que não tem uma ocupação formal.

Quando a gente visa aprovar uma legislação para manter um aumento de tributo, que foi efetuado na época em que partidos de esquerda estavam no governo deste estado, que têm como bandeira cada vez mais taxar as pessoas, taxar produtos, aumentar produtos... Enfim, o governo de esquerda quer, na verdade, é se apropriar de todos os meios de produção. Ele quer se apropriar até da alma das pessoas.

E eles começam é assim mesmo: quando não podem pela revolução – chamam de revolução, mas, para mim, é uma grandiosíssima de uma bagunça –, quando não podem tomar um governo pela força, eles o fazem para tomar o governo através dos

meios democráticos disponíveis e, dessa maneira, começam a colocar obrigações sobre os ombros do Estado, o Estado começa a disponibilizar recursos para quem não produz – alguns até justos, outros muito injustos. Cito, como exemplo de um injusto, o auxílio-reclusão que foi colocado no cangote do brasileiro via obrigação do Estado. E assim vai acontecendo. Eles começam a aprovar aumento de tributo e, daí a pouco, o empresário, quando assusta... Hoje, ele já tem um sócio majoritário: o governo. Todo empresário hoje paga uma carga tributária elevadíssima mais as contribuições. Ele não é dono da sua empresa. E, se nós aqui permitirmos que isso continue, nós estaremos fazendo prosperar a injustiça.

Então, alguém me alertava – e me corrijam se eu estiver enganado – que estaria sendo mantida a alíquota de 27% para um determinado tipo de bebida alcoólica, mas não estava para a pinga. Ora! (– Intervenção fora do microfone.) Sim, vamos votar, eu só queria deixar esse registro de que eu não considero justo votar aumento de imposto ou, neste caso, como querem alguns, a manutenção do aumento de um tributo que foi criado pelo Partido dos Trabalhadores. Só isso.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputados e deputadas, primeiro, queria deixar claro que minha opinião aqui não é deliberação do bloco; o bloco se reuniu e liberou os deputados e deputadas para a votação em 1º turno. Até não ia fazer aqui a intervenção – tinha aberto mão –, mas talvez seja importante para recuperar um pouco da história dessa majoração sobre produtos supérfluos até para quem está acompanhando a Assembleia, porque às vezes os deputados trazem informações a este Plenário que não condizem com a verdade. Então, é nosso papel aqui repor a verdade.

A Constituição Federal, no Ato das Disposições Transitórias, no art. 82, possibilitou uma tributação adicional de até 2% sobre os chamados produtos supérfluos, com o fim específico de combate e erradicação da pobreza. Minas Gerais foi um dos últimos estados a adotar essa tributação adicional, e isso foi no governo do Sr. Anastasia – parece-me que ele não é um governo de esquerda nem do Partido dos Trabalhadores. À época, ele encaminhou aqui a criação do FEM – Fundo de Erradicação da Miséria.

O FEM tem vários tópicos e fontes de financiamento. Então, só para as pessoas entenderem: o FEM é uma coisa, e esse projeto é outra. O FEM pode ter recurso da loteria, pode ter recurso do Tesouro, pode ter recurso de várias fontes, inclusive, da tributação adicional sobre produtos supérfluos. O FEM tinha uma validade até 2015, então nós aprovamos, no final de 2011... O FEM, não, mas, sim, a tributação adicional; a vigência do FEM é até 2030. A tributação adicional ia de 2011 a 2015. Em 2015, o governador Pimentel fez a prorrogação até 2019. Agora, o governador Zema está propondo a prorrogação à frente. Só quero esclarecer que essa tributação adicional sobre supérfluo não foi um projeto do Partido dos Trabalhadores.

Agora, eu vou dizer que eu fui o relator do Fundo de Erradicação da Miséria, defendendo o Fundo de Erradicação da Miséria e, no meu caso específico, não vejo, neste momento específico da crise fiscal do Estado, como o Estado abrir mão dessa tributação que já existe.

Queria dizer que essa tributação atinge principalmente os grandes oligopólios da bebida e do cigarro. Só para a gente saber onde está mexendo. Queria cumprimentar o deputado Bartô, que fez uma audiência pública, da qual participei o tempo inteiro, em que pequenos segmentos, sejam da comunicação, da bebida artesanal, reclamaram que essa tributação adicional para eles pesa muito. Então, acho, inclusive, que, para o 2º turno, podemos pensar uma diferenciação. Na lista do que é supérfluo, o que era supérfluo em 2011 talvez agora, em 2012, não seja mais, porque já foi incorporado, principalmente – aí, sim – por causa dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, pois a determinados produtos os pobres não tinham acesso e hoje têm, graças aos governos do Partido dos Trabalhadores. Então, esses produtos a que os pobres e a classe média baixa têm acesso hoje já não são mais supérfluos. Então, aquela lista de supérfluo a gente pode também alterar.

Terceiro ponto que acho importante aqui relatar: o FEM hoje não está cumprindo os seus objetivos finalísticos principalmente, e não foi no atual governo Zema, não, foi a partir de 2017 principalmente, e o Zema continua. Com o problema de fluxo de caixa, o governo começou a utilizar o recurso que deveria ser utilizado nas finalidades do FEM, principalmente para

pagamento de pessoal. De onde? Da Emater, da Sedese e de transporte escolar. Hoje, de 85% a 92% do FEM são utilizados com esse tipo de despesa. Então, hoje, para falar a verdade, no meu caso, o que me incomoda em votar uma continuidade de majoração sobre produtos supérfluos é que o que seria para combater a pobreza é utilizado no caixa único pelo governo para as despesas de pessoal. Defendo o Estado de bem-estar social. Temos de discutir essa questão de tributo no Brasil. Quero discutir renúncia fiscal. Por que há empresas hoje, por exemplo, de aluguel de veículos que têm isenções, benefícios que o cidadão comum, que paga o IPVA, não tem? Por que grandes grupos econômicos têm renúncia fiscal da ordem de R\$6.000.000.000,00 por ano e a gente não discute a fundo isso?

Então, pediria ao líder deputado Gustavo Valadares ou ao deputado Luiz Humberto... O voto do bloco hoje está liberado. Agora, para o 2º turno, sinceramente, se não vincularmos, ou por compromisso político explícito do governador ou por emenda, se for possível... Por exemplo, hoje o Piso Mineiro da Assistência Social está em atraso. É o recurso que vai para 853 municípios. Isso corresponde, Gustavo, a 10% dos R\$650.000.000,00 do Fundo de Erradicação da Miséria. Por exemplo, se o governo assume o compromisso político de que, no mínimo, esse recurso vai garantir o repasse regular automático para os 853 financiarem as ações de assistência social, tenho a certeza de que os deputados e as deputadas aqui ficariam, inclusive, mais tranquilos, mais confortáveis para votarem esse projeto. O problema não é votar a continuidade da majoração, sinceramente. Olha, tenho a certeza, e falei isso na audiência com o Bartô, de que vocês acham que, se liberarmos a tributação da Ambev, ela, aos 10 minutos do dia 1º de janeiro, vai baixar o preço da cerveja? Não. Ela vai aumentar a taxa de lucro dela. É isso. Empresário funciona assim.

Então, o problema hoje é que esse recurso que foi criado aqui no governo Anastasia, do PSDB, e foi continuado pelo governo Pimentel, e o Zema está continuando... Não é continuar essa política de tributação adicional sobre supérfluo, é exatamente tributar para uma finalidade e gastar em outra. O FEM tem um grupo coordenador, que não existe na prática.

A Assembleia tem assento nesse grupo coordenador, que não funciona. Hoje a gente não tem controle social sobre a utilização dos recursos do FEM. Então, eu vou declarar o meu voto: vou votar a favor do projeto, mas, até o 2º- turno, nós queremos mecanismos de controle, porque, na prática, o FEM hoje só tem recurso dessa tributação adicional; não tem recurso próprio, não tem recurso da loteria. Portanto, nós precisamos assegurar que o recurso do FEM seja gasto em ações de erradicação da pobreza, como previu o art. 82 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Então, eu queria fazer essas reflexões.

Abstenho-me de fazer qualquer tipo de comentário sobre o episódio da manhã, que, no meu entendimento, já está absolutamente superado dentro do Plenário e fora dele. Do lado de fora do Plenário, a gente tem que cuidar das nossas famílias e dos nossos afazeres. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Só para justificar, foi solicitado que eu viesse aqui. Primeiro, começando pelo final, deputado André Quintão, já havia conversado com o secretário de Planejamento, Sr. Otto, e com o secretário da fazenda, Gustavo. Fica o compromisso assumido por parte do governo de pagar integralmente o Piso Mineiro da Assistência Social a todos os municípios que têm o direito de recebê-lo. Os 853 municípios do Estado terão direito e receberão em dia – religiosamente em dia – o Piso Mineiro da Assistência Social, como consequência da aprovação desse projeto e da manutenção de aproximadamente R\$700.000.000,00, que ele traz ao Estado anualmente. Então, registro esse compromisso, já assumido pelo secretário de Planejamento e pelo secretário de Fazenda.

Outra coisa fundamental, para ser breve e objetivo, já que nós estamos no último projeto: tão importante quanto o Piso Mineiro da Assistência Social é nós conseguirmos colocar em dia o salário de servidores e o pagamento do 13º salário. Não adianta - apesar de eu respeitar opiniões divergentes – querermos esconder o sol com a peneira. Acabamos de montar um projeto aqui, mais cedo, que traz ao Estado cerca de R\$5.000.000,00, R\$6.000.000,00, para ajudar a colocar em dia o salário dos servidores e o 13º salário. Seria incoerência se nós não aprovássemos um projeto que mantém R\$700.000.000,00 para o próximo ano. Estaríamos

prejudicando os servidores e a colocação em dia dos salários e do 13º salário – 850, corrija-me o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

Então, por essas razões já elencadas, eu solicito aos nobres pares, às deputadas e aos deputados, que votem pela aprovação do projeto, com o compromisso, mais uma vez, deputado André Quintão, também da manutenção em dia do Piso Mineiro de Assistência Social. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/11/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruna Pereira Santos, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 74/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 185/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/12/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de materiais de fibra ótica.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 75/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 186/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/12/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de ilhas de edição.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 96/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom. Objeto: prestação de serviço de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, de 2/11/2019 a 1º/11/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 97/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Objeto do aditamento: rerratificação do Termo de Aditamento nº 46/2019. Vigência: de zero hora do dia 25 de junho de 2019 até 23h59min do dia 24 de junho de 2020. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 98/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad. Objeto: Autorização para utilização pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, nas programações da licenciada. Objeto do aditamento: formalização do reajuste anual de preços previsto na cláusula quarta do contrato. Vigência: a partir da data da assinatura, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2019

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na Política de Eliminação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da Assembleia Legislativa, aprovadas por meio da Deliberação da Mesa nº 2.663, de 16 de agosto de 2017, com base na avaliação realizada pelo Comitê de Gestão Documental, faz saber a quem possa interessar que, a partir do trigésimo dia subsequente à data de publicação deste edital no Diário do Legislativo, observado o art. 13 da deliberação em referência, serão eliminados os documentos indicados nas listagens de números 2/2019, 3/2019 e 4/2019, conforme descrição abaixo:

Classificação dos documentos		Datas-limite (exercícios)	Unidade de arquivamento	
Cód.	Descritor		Quant. aprox.	Especificação
-	Solicitação e recebimento de materiais de consumo – processamento, registro e controle	2009 a 2016	5,03	Metros lineares
6.5.1	Planejamento – atividades do Plenário	2015 a 2019 (18ª Legislatura)	0,32	Metros lineares
6.1.1 3.4.1 6.2.1 6.3.1 4.3.1	Planejamento – atividades de comissão permanente Planejamento – atividades de comissão extraordinária Planejamento – atividades de comissão especial de veto Planejamento – atividades de comissão especial de PEC Planejamento – atividades de comissão especial de escolha de titular de cargo e de conselheiro do Tribunal de Contas	2015 a 2019 (18ª Legislatura)	5,67	Metros lineares
Mensuração total aproximada: 11,02 metros lineares				
Datas-limite gerais: 2009 a 2019				

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.